

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: PE 035/2022

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC EM MINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.447.242/0001-16, por meio da Pregoeira e da Comissão Permanente de Licitação (CPL), designados pela Portaria nº 011/2022, torna público que promoverá a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**.

Destaca-se que apesar das disposições constantes no sistema Comprasnet, a presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAC, aprovada pelas Resoluções Senac nºs. 958/2012, 1.144/2020, 1.187/2022 e 1.205/2022 do Conselho Nacional do Senac. Ademais, o atendimento ao Decreto 10.024/2019 se dá meramente pela utilização do Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, segundo as regras e condições abaixo:

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Tipo de licitação: Menor preço.

1.2. Critério de julgamento: Menor preço por **lote**.

1.3. Processo de referência: 0478/2022.

1.4. A presente licitação será formalizada por intermédio de **Contrato**.

1.5. A Assessoria de Licitação, Sede Administrativa do Senac em Minas, está localizada na Rua dos Tupinambás, nº 1086/7º andar, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.120-076.

1.6. O horário de funcionamento da Assessoria de Licitação: Segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h às 17h.

1.7. Alegações de desconhecimento dos termos e condições deste Edital, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas em seus documentos de HABILITAÇÃO e/ou PROPOSTA COMERCIAL.

1.8. Este Edital e todos os documentos e informações referentes a esta licitação serão disponibilizados, no Portal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional em Minas Gerais – www.mg.senac.br e Portal de compras do Governo Federal.

1.8.1. Para consulta por meio do Portal de compras do Governo Federal, acessar o site http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/Lista_Pregao_Filtro.asp?Opc=0 e preencher os dados referente a licitação (Cód UASG e Número Pregão).

1.8.2. Código UASG: 389511.

1.9. NÃO SE APLICA À PRESENTE LICITAÇÃO AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de serviços de seguro total para a frota de veículos (caminhões, cavalo mecânico e carretas semirreboques), para atendimento das necessidades do Senac em Minas, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, sendo os seguintes:

ANEXO I: Termo de referência e seus anexos – (Anexo I – Lote I - Relação de Veículos, Anexo II – Lote II - Carretas Semirreboques, Anexo III – Valor Máximo das Franquias Reduzidas (Lotes I e II) e Anexo V - Termo de Vistoria);

ANEXO II: Planilha de preço estimado;

ANEXO III: Proposta Comercial;

ANEXO IV: Minuta do Instrumento Contratual.

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste Edital, somente poderão participar do certame as empresas que atuem em ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

3.1.1. Não poderão participar da presente licitação as empresas que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac em Minas, bem como aquelas que estiverem sob o regime de falência, liquidação, dissolução ou recuperação extrajudicial ou judicial, sendo que para essa última deverá ser observado o disposto no item abaixo.

3.1.1.1. A participação de empresas que estejam em recuperação judicial somente será permitida se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório e desde que observadas as demais condições de habilitação.

3.2. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica, representar mais de uma licitante na presente licitação.

4. ABERTURA

4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, dirigida pela Pregoeira, a ser realizada de acordo com as Resoluções SENAC nº 958/2012, 1.144/2020, 1.187/2022 e 1.205/2022.

4.1.1. Recebimento das Propostas: a partir da data de publicação, até às 09hs do dia 16/09/2022 (dezesesseis de setembro de dois mil e vinte e dois).

4.1.2. Abertura das Propostas e Início da Sessão Pública de Disputa de Preços: às 09hs do dia 16/09/2022 (dezesesseis de setembro de dois mil e vinte e dois).

4.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

5. VISTORIA

5.1. As empresas interessadas em participar da licitação poderão proceder à vistoria no local onde as carretas semirreboques encontram-se guardadas, ocasião na qual será firmada a declaração, conforme modelo disponível no ANEXO V deste Termo de Referência (Termo de vistoria Técnica), examinando as carretas semirreboques e tomando ciência de suas características e peculiaridades, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

5.2. A vistoria deverá ser marcada e realizada em dias úteis, de segunda à sexta-feira, devendo ser agendada com o representante do CONTRATANTE, por meio do telefone (31) 3048-1303, com o Sr. Adriano Louback dos Santos, e ser efetivada até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a abertura da licitação.

5.3. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, a licitante ciente de que após apresentação da proposta não será admitida, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações face ao desconhecimento das carretas semirreboques e de dificuldades técnicas não previstas.

5.4. Todos os custos associados com a visita aos locais da prestação dos serviços serão arcados integralmente pela licitante.

6. PEDIDOS DE IMPUGNAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS

6.1. O pedido de impugnação para apontamento de eventuais irregularidades e vícios, bem como o pedido de esclarecimento a respeito dos termos e condições deste Edital, deverão ser encaminhados à Pregoeira e CPL do Senac em Minas devidamente identificado e assinado (nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail), exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@mg.senac.br até 13/09/2022 (treze de setembro de dois mil e vinte e dois), no horário de funcionamento da Assessoria de Licitação, conforme item 1.6, sob pena de não acolhimento.

6.1.1. A CPL não se responsabilizará pelos e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos dentro do prazo.

6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, a licitante que não se manifestar no prazo estipulado. A impugnação e/ou o pedido de esclarecimento apresentados à Pregoeira e CPL, após o prazo estipulado, será recebida como mera informação.

6.3. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão divulgadas no portal do Senac em Minas – www.mg.senac.br e no Portal de compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, em até 24 horas de antecedência da sessão licitatória, devendo as licitantes interessadas acompanhar as possíveis alterações.

6.4. As respostas das impugnações e dos esclarecimentos não constituirão motivos para alterar a data e hora da Sessão Pública de Disputa de Preços da Licitação, salvo se as referidas respostas afetarem na formulação das propostas.

7. CADASTRAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão eletrônico.

7.2. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as licitantes previamente credenciadas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), por meio do site: www.gov.br/compras.

7.3. O cadastramento dar-se-á pela atribuição de chaves de identificação e de senhas individuais fornecidas pela SLTI – (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal), cabendo à licitante a responsabilidade de informar-se a respeito do funcionamento do SICAF, para a correta utilização.

7.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Senac em Minas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.6. O Senac em Minas não é unidade cadastradora. As licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do Portal de compras do Governo Federal as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

7.7. O credenciamento implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

8. CONEXÃO COM O SISTEMA

8.1. A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao sistema eletrônico acima citado, mediante digitação de sua senha privativa (**emitida nos termos do item 7 deste Edital**) e subsequente encaminhamento de documentos de habilitação e proposta comercial inicial, exclusivamente por meio do referido sistema eletrônico, observadas datas e horários limites estabelecidos neste Edital.

8.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

8.3. Incumbirá, ainda, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O Senac em Minas não se responsabilizará por quaisquer manifestações não recebidas em tempo hábil, em qualquer etapa do presente processo, em função de problemas oriundos do sistema operacional.

9. PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para recebimento das propostas, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.2. O valor proposto englobará todas as despesas relativas ao objeto licitado, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, tarifas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e faturamento.

9.3. A proposta deverá atender fielmente a este Edital e Anexos, considerando os prazos, condições de entrega ou execução, garantia (quando houver) e demais condições exigidas.

9.4. Cada empresa deverá apresentar apenas uma proposta por lote para o(s) qual(is) fizer a opção de participação, nos casos em que a licitação tiver mais de um lote.

9.5. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas neste Edital.

9.6. Até o horário previsto para recebimento das propostas constante no item 4.1.1, deste Edital, os interessados poderão retirar ou substituir suas propostas iniciais no sistema.

9.7. A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante não lhe cabendo a desistência.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1. Findo o período de recebimento das propostas comerciais, a Pregoeira do Senac em Minas dará início a etapa competitiva, de acordo com o horário previsto no sistema.

10.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas comerciais em ordem crescente.

10.2.1. Na hipótese de haver propostas comerciais com preços iguais, prevalecerá como de menor preço, a que tiver sido primeiramente registrada.

10.2.2. Todos os preços das propostas comerciais serão considerados como lances na etapa competitiva.

10.2.3. **Será considerada como primeiro lance a proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.**

10.2.4. **Não havendo lances, o sistema automaticamente realizará o sorteio entre as propostas empatadas.**

10.3. Na etapa competitiva os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema

para participar da sessão de lances, isto é, somente serão aceitos novos lances enviados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

10.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico.

10.5. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá como de menor preço, o lance que tiver sido primeiramente registrado.

10.6. Os lances ofertados serão no PREÇO TOTAL POR LOTE, sendo consideradas **somente 02 (duas) casas decimais após a vírgula**.

10.7. Durante o transcurso da etapa competitiva, o sistema disponibilizará em tempo real, o preço do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances às demais licitantes.

10.7.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.7.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item 10.7.2, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.7.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.7.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela CPL, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.8. Encerrado o tempo normal, o sistema enviará um aviso na tela e um letreiro intermitente que alertará sobre o encerramento da disputa.

10.9. O sistema informará a proposta de MENOR PREÇO POR LOTE imediatamente após o encerramento da etapa competitiva.

10.10. No caso de não haver lances na etapa competitiva, serão considerados os preços obtidos na fase de “Abertura das Propostas Comerciais”.

10.11. A perda de conexão com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, pela Pregoeira, não inviabiliza a continuidade do certame. O sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes e os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.11.1. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes no site www.gov.br/compras, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

10.12. Após o encerramento da etapa competitiva de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o **MENOR PREÇO POR LOTE dentro do valor estimado**, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.12.1. A Pregoeira conduzirá a negociação por meio do Sistema Eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.13. Se a proposta comercial ou o lance de menor preço dentro do valor estimado, não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, a Pregoeira desclassificará a mesma e, examinará a proposta comercial ou o lance subsequente dentro do valor estimado, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente.

10.14. A Pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à nova licitante arrematante, que tenha lance subsequente ao lance desclassificado, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

10.15. Inexistindo ou sendo desclassificadas todas as licitantes com propostas comerciais dentro dos valores estimados pela entidade, a Pregoeira em casos excepcionais e justificados, atendendo oportunidade/interesse da entidade, poderá convocar licitantes com propostas comerciais em valores até 10% (dez por cento) acima do valor estimado, para negociação e apresentação de nova proposta comercial, observada a ordenação dos lances/propostas.

10.16. Se, após a negociação prevista no item 10.15, não houver a redução da proposta comercial para valor igual ou inferior ao estimado pela Entidade, conforme planilha disposta no Anexo II deste Edital, a proposta será desclassificada.

10.17. O sistema eletrônico emitirá ata circunstanciada da sessão, na qual estará registrada a

indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à “**etapa competitiva**” do **PREGÃO ELETRÔNICO**.

10.18. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

11.1. O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os **PREÇOS UNITÁRIOS ESTIMADOS**, obtidos por meio de pesquisa de mercado, e as demais condições deste Edital e seus Anexos.

11.1.1. Os **PREÇOS UNITÁRIOS ESTIMADOS** discriminados no **Anexo II** deste Edital serão utilizados na análise do preço ofertado pela licitante, para fins de aceitação ou não da proposta comercial.

11.1.1.1. Não serão aceitas propostas com preço unitário ou total superior ao estimado pela Entidade.

12. PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a **PROPOSTA COMERCIAL** adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do ANEXO III – Modelo de Proposta comercial e a documentação de **HABILITAÇÃO**, **disposta no item 13 deste Edital**, não anexados e/ou irregulares no momento de cadastro, **EM ARQUIVO ÚNICO, no prazo de 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

12.1.1. A Pregoeira poderá convocar de ofício ou mediante solicitação formal da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para alteração do arquivo inserido, desde que ainda dentro do prazo definido no item 12.1.

12.1.2. Caso a licitante não encaminhe lances na etapa competitiva, a Pregoeira e CPL poderão utilizar eventual proposta anexada anterior à abertura do certame.

12.2. **Todos os documentos deverão ser incluídos no sistema Comprasnet. Não serão considerados os documentos enviados por e-mail.**

12.3. A licitante declarada arrematante será desclassificada caso não envie a proposta comercial e a documentação de habilitação no prazo estabelecido no Edital.

12.3.1. Ocorrendo a situação prevista no subitem acima, será convocada nova licitante, nos termos dos subitens **10.13. e 10.15.**, para envio da Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, conforme item **12.1**.

13. HABILITAÇÃO

13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.1.1. Prova de Registro, no órgão competente, no caso de empresa individual. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente. Para todos os efeitos considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza de atividade comercial e à administração da empresa ou da última alteração consolidada.

13.1.3. Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no subitem acima.

13.2. REGULARIDADE FISCAL:

13.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

13.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

13.2.3. Prova de Regularidade Fiscal com a **Fazenda Municipal** (domicílio ou sede da licitante) e **Fazenda Federal/Seguridade Social** (certidão conjunta) devendo ser apresentadas por meio de CND (Certidão Negativa de Débito), na forma da lei.

13.2.4. Prova de Regularidade Fiscal relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, por meio de Certificado de Regularidade do FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

13.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.3.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já forneceu satisfatoriamente bens pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

13.3.2. Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

13.3.3. O Senac em Minas poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de complementar informações ou comprovar a veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) pela licitante convocada, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no atestado foi executado.

13.3.4. Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a Licitante está autorizada a atuar na área de seguro objeto desta licitação.

13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **emitida no máximo nos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação dos documentos de habilitação**, devendo ainda estar dentro do prazo de validade.

13.4.2. . Demais comprovantes e Índices:

13.4.2.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, do último exercício social já exigível, e que comprove a situação financeira da empresa. As folhas devem ser extraídas do Livro Diário, e este deve estar devidamente registrado na Junta Comercial ou por autoridade judicial quando no município não houver Representação da Junta Comercial, ou ainda a Escrituração Contábil Digital com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED;

13.4.2.2. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, ou ainda a Escrituração Contábil Digital.

13.4.3. As sociedades Anônimas devem apresentar as Demonstrações Financeiras, conforme legislação específica, Lei 6.404/76, publicadas em jornais de grande circulação/Diário Oficial.

13.4.4. As empresas constituídas a menos de um ano, e as empresas com alteração do Contrato Social nos exercícios vigente e anterior, deverão apresentar a seguinte documentação referente às demonstrações contábeis:

a) Balanço de abertura ou balancete de abertura da empresa;

b) Balancete de dois meses anteriores ou que estiver fechado na data do pregão/concorrência acompanhado das seguintes demonstrações:

I - Demonstrações de Resultado;

II - Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

III - Demonstrações de fluxo de caixa, na forma da lei.

13.4.5. A comprovação da boa situação financeira das Licitantes será baseada nos seguintes parâmetros de índices, calculados pelos valores contidos nas demonstrações contábeis:

13.4.5.1. **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)** = maior ou igual a 1. Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo

$$\frac{\text{ILG} = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

13.4.5.2. **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)** = maior ou igual a 1. Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

$$\frac{\text{ILC} = \text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

13.4.5.3. **ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL (ISG)** = maior ou igual a 1. Mede a capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com terceiros (de curto e de longo prazo), considerando seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

$$\frac{\text{ISG} = \text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

13.4.6. A leitura do índice traduz quanto a empresa possui em Ativos para saldar as suas Dívidas e Obrigações, ou seja, no resultado igual a 1 podemos afirmar que a cada 1 real em Dívidas e Obrigações a empresa possui 1 real no seu Ativo.

13.4.7. A licitante que não atingir um dos índices (≥ 1), deverá apresentar junto à documentação para habilitação, a comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita na forma da lei.

13.4.8. No decorrer do processo a licitante poderá ser solicitada a apresentar os comprovantes originais.

13.5. OS DOCUMENTOS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS OU REGULARES NO SICAF DEVERÃO SER REMETIDOS EM CONJUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL INDICADA NO SUBITEM 12.1, EM ARQUIVO ÚNICO, POR MEIO DA OPÇÃO “ENVIAR ANEXO” DO SISTEMA COMPRASNET, NO MESMO PRAZO ESTIPULADO NO MENCIONADO SUBITEM.

13.6. É facultado à Pregoeira realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

13.6.1. Quando do julgamento da habilitação, a Pregoeira e CPL poderão suprir a eventual omissão ou falha de documentos de habilitação, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online, registrando em ata a sua ocorrência, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação, nos prazos definidos no item 12 - **“Proposta Comercial e Documentação de Habilitação”**.

13.6.2. As diligências mencionadas no item **13.6.** ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa e regular prosseguimento do procedimento licitatório.

13.6.3. Adverte-se que alguns municípios e estados não propiciam consultas de regularidade fiscal e cadastro fiscal na internet, hipótese na qual se tornará inviável a promoção da diligência disposta no item **13.6.**

13.7. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” ou inseridos no sistema Comprasnet, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser enviados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira. Estes deverão estar em plena validade na data da sessão pública, devendo ser encaminhados à Assessoria de Licitação do Senac em Minas, localizada na Rua dos Tupinambás, nº 1086/7º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-076, em envelope único, devendo conter as seguintes informações:

- **Pregão Eletrônico nº**
- **Razão Social e CNPJ da Empresa:**
- **Telefone:**
- **E-mail:**

13.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

13.9. Serão inabilitadas do certame as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

13.10. Ocorrendo a desclassificação da licitante, será convocada nova licitante, nos termos dos subitens **10.13.** e **10.15.**, para envio da Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, conforme item **12.1.**

14. PROPOSTA COMERCIAL

14.1. A proposta comercial adequada ao último lance deverá ser apresentada em uma via, **contendo todas as especificações necessárias**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital.

14.2. A proposta comercial deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, **utilizando apenas duas casas decimais após a vírgula.**

14.3. Deverá constar na proposta comercial o número da licitação, nome da empresa licitante, endereço, telefone e CNPJ.

14.4. As propostas comerciais que omitirem o prazo de validade, conforme determinado no Termo de Referência, serão entendidas como válidas pelo período de 120 (cento e vinte dias) dias, contados da data de inserção da proposta no sistema.

14.5. A elaboração da proposta comercial é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência, quando essa proposta já tiver sido enviada para a Pregoeira e CPL.

14.6. A proposta comercial deverá limitar-se ao objeto desta licitação e conter oferta firme e precisa, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas no Edital.

14.7. Serão consideradas apenas as informações apresentadas na proposta

comercial final readequada, tais como descrição do objeto, marca e demais dados constantes no **Anexo III** deste Edital.

14.8. Serão desclassificadas as propostas comerciais:

14.8.1. Que não atenderem ou contrariarem às exigências do Edital e seus anexos ou à legislação aplicável.

14.8.2. Que sejam omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades capazes de dificultar sua análise.

14.8.3. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

14.8.4. Que não informar as especificações que se façam necessárias dos produtos cotados.

14.9. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação e concordância, por parte da licitante, de todas as exigências, termos e condições estabelecidas no edital e seus anexos, em especial à descrição do serviço constante no Anexo I - Termo de Referência.

14.10. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a Instituição.

15. RECURSOS E CONTRARRAZOES

15.1. Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso.

15.1.1 O prazo para manifestação de intenção de recurso será de 30 (trinta) minutos, contados da habilitação do último item no sistema.

15.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido, autoriza a Pregoeira ao ato de adjudicar o objeto à licitante vencedora no Sistema Comprasnet.

15.1. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.2. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.3. Não serão aceitos, para análise, os recursos registrados fora do prazo previsto acima e, em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Assessoria de Licitação, no endereço e horário mencionados nos itens **1.5** e **1.6**, respectivamente.

15.5. Os recursos serão julgados pela Autoridade Competente ou por quem esta delegar competência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para a apresentação das contrarrazões previstas no item **15.3**.

15.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7. Os recursos terão efeito suspensivo.

15.8. As respostas aos recursos e contrarrazões serão divulgadas no portal do Senac em Minas – www.mg.senac.br e no Portal de Compras do Governo Federal, www.gov.br/compras.

16. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

16.1. Declarada a licitante vencedora e decorridos os prazos recursais, a Pregoeira consignará a decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, encaminhando-se o Processo à Autoridade Competente para homologação e adjudicação. No Sistema Comprasnet, a adjudicação é realizada pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à Autoridade Competente.

17. INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. Após a homologação e adjudicação o Senac em Minas entrará em contato com a licitante vencedora para a assinatura do instrumento contratual, que deverá ser atendido em todos os seus termos pela licitante.

17.1.1. O instrumento contratual será assinado eletronicamente, por meio de plataforma de assinatura eletrônica ou digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora, mediante o envio do instrumento contratual no endereço eletrônico informado na proposta comercial.

17.1.2. Caso a licitante vencedora apresente algum impedimento para assinatura nos moldes do item 17.1.1, o instrumento contratual será enviado pelos correios no endereço informado na proposta comercial.

17.2. A licitante vencedora terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do instrumento contratual, para proceder à sua assinatura e devolvê-lo ao Senac em Minas.

17.3. A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante:

- a) perda do direito à contratação;
- b) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total homologado/adjudicado;
- c) suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senac, por prazo não superior a 2 (dois) anos

17.4. É facultado ao Senac em Minas, no caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos acima, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 17.3.

18. VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1. Vigência contratual está prevista no **item 03** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

19. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

19.1. Condições de fiscalização e gestão estão previstas no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

20. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

20.1. Condições de execução estão previstas no **item 04** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

21. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

21.1. Obrigações das partes estão previstas no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

22. FORMA DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

22.1. Condições de faturamento e pagamento estão previstas no **item 12** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

23. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. Condições de Reequilíbrio Econômico-Financeiro estão previstas no **item 10** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Condições de Subcontratação estão previstas no **item 14** do Anexo I do Edital – Termo de Referência e no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

25. PENALIDADES

25.1. Penalidades estão previstas no Anexo IV – Minuta do Instrumento contratual.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. É facultada à Pregoeira e CPL ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.2. Ressalta-se que, ainda que as ações sejam realizadas no Sistema Comprasnet, a presente licitação é regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAC, aprovada pelas Resoluções nº. 958/2012, nº 1.144/2020, nº 1.187/2022 e nº 1.205/2022 do Conselho Nacional do SENAC.

26.3. O cadastramento das propostas no site do Comprasnet implica na aceitação tácita e irrestrita pela licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus Anexos.

26.4. A inobservância pela Licitante do prazo fixado pela Pregoeira para a entrega das respostas

e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

26.5. A Pregoeira poderá convocar técnicos para auxiliá-lo na avaliação das propostas comerciais e/ou documentos de qualificação técnica, caso o objeto licitado demande tais conhecimentos.

26.6. Em caso de divergência entre as especificações dos serviços inseridos no Sistema do Comprasnet e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes no Edital e seus Anexos.

26.7. A licitante responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou outro instrumento hábil, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

26.8. Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira, proposta comercial e quaisquer correspondências e documentos a elas relacionados deverão ser escritos em língua portuguesa.

26.8.1. Excetua-se literatura técnica de apoio apresentada pela licitante, documentos suplementares a exemplo de impressos de caráter técnico e catálogos, que poderão ser redigidos/apresentados em língua estrangeira.

26.9. O Senac em Minas poderá, a qualquer momento cancelar ou revogar, total ou parcialmente esta licitação desde que justificado, bem como anulá-la, dando ciência de sua decisão aos participantes, sem que a estes caibam qualquer direito de reclamação ou indenização.

26.10. A Pregoeira e a CPL poderão, no interesse do Senac em Minas em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentados pelas licitantes.

26.11. Os custos e despesas com a elaboração e apresentação da Proposta Comercial e da documentação relativas ao presente Edital e anexos são de inteira responsabilidade da licitante não cabendo nenhuma indenização.

26.12. O presente Edital, seus Anexos e demais documentos do processo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outros, será considerado como especificado e válido.

26.13. Os contratos celebrados pelo Senac em Minas poderão sofrer acréscimos e supressões.

26.14. A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência do Instrumento contratual, as condições fiscais e econômico-financeira apresentadas na fase de habilitação.

26.15. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Resolução SENAC nº. 958/2012, nº.1.144/2020, nº. 1.187/2022 e nº.1.205/2022.

26.16. O Senac em Minas poderá desclassificar as licitantes vencedoras por despacho fundamentado sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a referida empresa.

26.17. A licitante deverá atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período de vigência do Instrumento Contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

26.18. É responsabilidade da licitante acompanhar o andamento do processo no Portal de compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e/ou do Senac em Minas (www.mg.senac.br).

26.19. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de funcionamento do Senac em Minas.

26.20. Casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira e CPL ou por Autoridade Superior.

26.21. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes desta licitação.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2022.

Fabírcia Araújo de Souza Ribeiro
Pregoeira do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de serviços de seguro total para a frota de veículos (caminhões, cavalo mecânico e carretas semirreboques), para atendimento das necessidades do CONTRATANTE, conforme especificações constantes neste documento e seus anexos.

2. CENTRO DE CUSTO

2.1. As despesas concernentes à execução do presente instrumento, serão custeadas por meio do(s) Centro de Custo(s) nº 09132805.

3. VIGÊNCIA

3.1. A vigência do instrumento contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, se houver interesse comum entre as partes, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

3.2. Faz-se necessário a continuidade deste serviço visto a necessidade de resguardar o patrimônio do CONTRATANTE. Entende-se que o seguro total dos veículos trará segurança para realizar as atividades pertinentes em sua área de atuação. Além disso, em caso de não renovação do seguro, poderá ocorrer perda patrimonial caso haja sinistros ocasionando prejuízos de grandes proporções financeiras.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. Especificações e quantitativos compõem o Anexo I e II deste Termo de Referência.

4.2. O instrumento contratual poderá sofrer acréscimos e supressões, mediante a formalização de termos aditivos.

4.3. A tolerância diante de qualquer atraso na execução do serviço não importará, de forma alguma, em alteração ou novação contratual, sendo permitido ao CONTRATANTE exercer os controles e penalizações descritas neste termo de referência.

4.4. Prazo de execução:

4.4.1. A cobertura do seguro deverá ser iniciada no prazo máximo de 01 (um) dia contado da assinatura do contrato.

4.5. Local da prestação dos serviços:

4.5.1. A cobertura do seguro deverá abranger todas as carretas semirreboques, caminhões e cavalo mecânico do CONTRATANTE.

4.6. Informações dos veículos:

4.6.1. Os veículos (caminhões e cavalo mecânico) que serão segurados com as coberturas descritas no item 4.7 estão especificados no lote I - anexo I deste termo de referência – relação dos veículos;

4.6.2. As carretas semirreboques que serão seguradas com as coberturas descritas no Item 4.8 estão especificados no lote II - anexo II deste termo de referência – relação carretas semirreboques.

4.7. Descrição do seguro de veículos (caminhões e cavalo mecânico):

4.7.1. Seguros na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE).

4.7.2. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo (RCFV).

4.7.3. Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais, Acidente Por Passageiro (APP), com cobertura adicional de assistência 24 horas.

4.7.4. Proteção de Vidros (VD, VT, RET, FAR e LA).

4.7.5. Descrição das Indenizações (R\$):

4.7.5.1. RCFV – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo:

a) Danos Materiais => R\$100.000,00

b) Danos Corporais => R\$100.000,00 – Indenizações (R\$) Morte p/ Pessoa Invalidez Permanente p/ Pessoa

c) Danos Morais => R\$50.000,00

4.7.5.2. APP – Acidentes Pessoais de Passageiros (Por passageiro)

a) Morte => R\$50.000,00

b) Invalidez => R\$50.000,00

4.8. Descrição das carretas semirreboques:

4.8.1. Auto - Valor Determinado:

SEMI-REBOQUES / PLACAS	VALORES DOS SEMI-REBOQUES
LCD - 7651	R\$ 265.000,00
LCB - 2695	R\$ 200.000,00
LCB - 2705	R\$ 350.000,00
LCB - 2700	R\$ 200.000,00
LNG - 4612	R\$ 550.000,00
LCO - 1399	R\$ 160.000,00
LCO - 1436	R\$ 160.000,00
LNG - 4882	R\$ 550.000,00
HCZ - 4419	R\$ 400.000,00
HCZ - 4403	R\$ 400.000,00
HCZ - 4385	R\$ 400.000,00
HCZ - 4383	R\$ 400.000,00

4.8.2. RCFV – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo:

a) Danos Materiais => R\$100.000,00

b) Danos Corporais => R\$100.000,00 – Indenizações (R\$) Morte p/ Pessoa Invalidez Permanente p/ Pessoa

c) Danos Morais => R\$50.000,00

4.9. Os seguros deverão cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação dos bens segurados, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela CONTRATADA correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, constantes dos subitens **4.9.1** até o **4.9.17**;

4.9.1. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo a CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

4.9.2. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;

4.9.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

4.9.4. Raios e suas consequências;

4.9.5. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.9.6. Queda em precipícios ou pontes;

- 4.9.7.** Queda de agentes externos sobre o veículo;
- 4.9.8.** Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- 4.9.9.** Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- 4.9.10.** Granizo, furacão; tornados;
- 4.9.11.** Danos causados durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;
- 4.9.12.** RCFV (danos pessoais e danos materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (morte e invalidez), na forma descrita no subitem **4.7.5.1. e 4.7.5.2.**
- 4.9.13.** Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- 4.9.14.** Acidente com o veículo segurado, nas dependências do CONTRATANTE;
- 4.9.15.** Assistência 24 horas, 07 dias por semana ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora do estado de Minas Gerais, com os seguintes serviços:
- a)** o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;
 - b)** reboque ou guincho com quilometragem ilimitada, ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, com atendimento no máximo de 03 (três) horas a contar do aviso do sinistro.
 - c)** transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
 - d)** transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado;
 - e)** O envio de 5 (cinco) litros de combustível, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de 3 (três) acionamentos por veículo constante na apólice.
- 4.9.16.** Calço hidráulico.
- 4.9.17.** Serviço de proteção aos vidros, retrovisores, lanternas e faróis.
- 4.10. Fatores e Condições de Diminuição de Riscos**
- 4.10.1.** Deverá ser levado em conta, na efetivação do seguro, que os veículos deste Termo de Referência, estão localizadas e alocados nas unidades do CONTRATANTE em garagens próprias e (ou locadas).
- 4.10.2.** Os veículos do CONTRATANTE são conduzidos, exclusivamente, por funcionários habilitados e autorizados por suas respectivas direções;
- 4.10.3.** O cavalo mecânico e os caminhões são conduzidos por motoristas próprios do CONTRATANTE e com suas respectivas categorias de CNH.
- 4.11. DA FRANQUIA**
- 4.11.1.** A modalidade de franquia dos veículos e carretas semirreboques constantes deste Termo de Referência deverão ser do **tipo reduzida**;
- 4.11.2.** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 4.11.3.** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites estabelecidos por veículo, conforme descrição disposta no Anexo III.
- 4.11.4.** Nos casos das coberturas de APP Acidente Por Passageiro e RCFV responsabilidade civil facultativa de veículo, não haverá pagamento de franquia;
- 4.11.5.** Em caso de perda total e furto ou roubo total, para os veículos listados no **LOTE I**, o valor da indenização será obtido mediante a aplicação do percentual de 100% (cem por cento) sobre o veículo referência (de mesmas características do veículo segurado) que constar da tabela FIPE e, não

haverá pagamento de franquia. Em caso de extinção da tabela FIPE será adotada a tabela Molicar publicada na revista “Quatro Rodas” ou outra similar de aceitação no mercado.

4.11.6. Em caso de perda total e furto ou roubo total, para as **LOTE II** o valor da indenização será o valor determinado constante na apólice e, não haverá pagamento de franquia;

4.11.7. Fica ainda vedada a aplicação de franquia nos casos de danos causados por incêndio, queda de raio e /ou explosão e de indenização integral, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04.

4.12. Franquia de Vidros

4.12.1. Valor máximo a ser cobrado de franquia: Para-brisa/Vidro traseiro R\$120,00, Laterais R\$60,00, Retrovisores R\$365,00, Faróis/Lanternas R\$ 390,00, Farol de milha R\$120,00.

4.12.2. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina esteja com pendência junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o veículo será removido para outra concessionária/oficina de escolha do CONTRATANTE que esteja devidamente regular.

4.13. Cobertura do seguro:

4.13.1. A principal região de circulação dos veículos do CONTRATANTE será no estado de Minas Gerais, devendo, nos casos de sinistro, a cobertura do seguro abranger todo território nacional.

4.14. Condições gerais do seguro:

4.14.1. As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

4.14.2. A CONTRATADA poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada;

4.14.3. Conforme Art. 13 da Circular 256 SUSEP, as Condições Gerais deverão apresentar os termos técnicos utilizados no contrato, para efeito deste seguro, entende-se por:

- **ACEITAÇÃO DO RISCO:** Ato de aprovação de proposta submetida à seguradora para a contratação de seguro.
- **ACIDENTE:** Acontecimento imprevisto e involuntário do qual resulta um dano causado ao objeto ou pessoa segurada.
- **AMBITO GEOGRÁFICO:** Termo que determina o território de abrangência de uma determinada cobertura ou a extensão na qual o seguro ou a cobertura é válida. Sinônimo: Perímetro de Cobertura.
- **APÓLICE:** Documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado e discriminando as garantias contratadas.
- **AVARIA:** Termo empregado no Direito Comercial para designar os danos às mercadorias. (Circular SUSEP 354/07)
- **AVARIA PRÉVIA:** Dano existente no veículo segurado antes da contratação do seguro, e que não está por este coberto. (Circular SUSEP 306/05).
- **AVISO DE SINISTRO:** Comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tenha conhecimento
- **BENEFICIÁRIO:** Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.
- **BENEFÍCIO:** Pagamento a ser efetuado ao próprio participante ou a seu beneficiário, por ocasião da ocorrência do evento gerador.
- **BENS:** São todas as coisas, direitos e ações que podem ser objeto de propriedade.

- **BÔNUS:** Desconto obtido pelo segurado na renovação do seguro, desde que não tenha havido nenhuma ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice anterior, qualquer transferência de direitos ou obrigações ou qualquer interrupção no contrato de seguro.
- **CAPITAL ADICIONAL:** Montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica. (Resolução CNSP 178/07).
- **CANCELAMENTO:** Dissolução antecipada do contrato de seguro.
- **CLASSE DE RISCO:** Em algumas modalidades do Seguro de Responsabilidade Civil Geral, para simplificar a operação de seguro, a grande variedade de atividades exercidas pelos Segurados torna necessária a subdivisão dos mesmos em um pequeno número de grupos. Cada um destes grupos se caracteriza por seus membros, na qualidade de Segurados, apresentarem riscos aproximadamente equivalentes, quando consideradas suas atividades e/ou os produtos por eles fornecidos. Estes grupos são denominados "classes de risco". (Circular SUSEP 437/12).
- **CLÁUSULA:** Em sentido estrito, é a denominação dada a cada um dos artigos ou disposições de um contrato. No caso de seguros, utiliza-se o termo para fazer referência a um grupo de disposições, normalmente reunida sob um título, que estipulam as regras relativas a um particular aspecto do contrato, como, por exemplo, Cláusula de Pagamento do Prêmio ou ;Cláusula de Concorrência de Apólices.
- **COBERTURA:** É a designação genérica dos riscos assumidos pelo Segurador.
- **COBERTURA ADICIONAL:** Cobertura adicionada ao contrato, facultativamente, mediante cobrança de prêmio adicional.
- **COBERTURA BÁSICA:** Corresponde aos riscos básicos contra os quais é automaticamente oferecida a cobertura do ramo de seguro.
- **COMUNICABILIDADE:** Instituto que, na forma regulada pela SUSEP, permite a utilização de recursos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, referente à cobertura por sobrevivência, para custeio de cobertura (ou coberturas) de risco, inclusive o valor de impostos e do carregamento, quando for o caso.
- **CONDIÇÕES ESPECIAIS:** Conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que eventualmente alteram as Condições Gerais.
- **CONDIÇÕES GERAIS:** Conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.
- **DANO:** No seguro, é o prejuízo sofrido pelo Segurado e indenizável ou não, de acordo com as condições do contrato de seguro.
- **DANO MATERIAL:** Toda alteração de um bem corpóreo que reduza ou anule seu valor econômico, como, por exemplo, deterioração, estrago, inutilização, destruição, extravio, furto ou roubo do mesmo. Não se enquadram neste conceito a redução ou a eliminação de disponibilidades financeiras já existentes, tais como dinheiro, créditos ou valores mobiliários, que são consideradas "prejuízos financeiros". A redução ou a eliminação da expectativa de lucros ou ganhos de dinheiro e/ou valores mobiliários também não se enquadra na definição de dano material, mas sim na de "perda financeira". Analogamente, as lesões físicas ao corpo de uma pessoa não são danos materiais, mas sim "danos corporais".
- **DANO PATRIMONIAL:** Todo dano suscetível de avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

- **DEPRECIAÇÃO:** Redução do valor de um bem em consequência do uso, idade, desgaste ou obsolescência.
- **DURAÇÃO DO SEGURO:** Expressão usada para indicar o período de vigência do seguro. (Circular SUSEP 291/05).
- **ENDOSSO:** Documento, emitido pela seguradora, por intermédio do qual são alterados dados e condições de uma apólice, de comum acordo com o segurado.
- **ESPECIFICAÇÃO DA APÓLICE:** Documento que faz parte integrante da apólice, no qual estão particularizadas as características do seguro contratado.
- **FRACIONAMENTO DO PRÊMIO:** Usa-se esta expressão nos casos em que o pagamento do prêmio é parcelado. (Circular SUSEP nº 437/12).
- **FRANQUIA:** Quantia fixa, definida na apólice, que, em caso de sinistro, representa a parte do prejuízo apurado que poderá deixar de ser paga pela Seguradora, dependendo das disposições do contrato.
- **FURTO:** Subtração de todo ou parte do bem sem ameaça ou violência à pessoa.
- **FURTO QUALIFICADO:** Ação cometida para subtração de coisa móvel, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, com emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, que deixe vestígios ou seja comprovada mediante inquérito policial.
- **GRANIZO:** Precipitação atmosférica em forma de pedras de gelo, ocasionando danos físicos ao bem segurado.
- **GRUPO SEGURADO:** é a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva. (Resolução CNSP 117/04).
- **INCÊNDIO:** Toda e qualquer combustão fora do controle do homem, tanto no espaço quanto no tempo, que destrói ou danifica o bem segurado.
- **INDENIZAÇÃO:** Valor que a sociedade seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro.
- **INDENIZAÇÃO INTEGRAL:** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia apurada a partir da aplicação de percentual previamente determinado sobre o valor contratado. (Circular 269/2004).
- **INÍCIO DE VIGÊNCIA:** Data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela sociedade seguradora.
- **INSPEÇÃO DE RISCOS (VISTORIA):** Inspeção feita por peritos para verificação das condições do objeto do seguro.
- **INUNDAÇÃO:** Grande quantidade de água acumulada pelo transbordamento de rios, diques, açudes ou similares decorrente de fenômenos climáticos, provocando danos ao bem segurado. (Circular SUSEP 308/05).
- **JURISPRUDÊNCIA:** Conjunto de sentenças similares proferidas pelos tribunais superiores, e que servem de orientação para a Justiça em julgamentos futuros de casos análogos.
- **LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO:** Pagamento da indenização (ou reembolso) relativa a um sinistro. (Circular SUSEP 291/05).
- **LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DA APÓLICE (LMG):** Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.
- **LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR COBERTURA (LMI):** No caso de contratação de várias coberturas numa mesma apólice, é comum o contrato estabelecer, para cada uma delas, um distinto limite máximo de responsabilidade por parte da seguradora. Cada um deles é denominado o Limite

Máximo de Indenização (ou a Importância Segurada), de cada cobertura contratada. Ressalte-se que estes limites são independentes, não se somando nem se comunicando.

- **MODALIDADE:** Subdivisão de ramo; tipo específico de cobertura de um determinado ramo de seguro. Sinônimo: Cobertura Básica. (Circular SUSEP 437/12).
- **NOTIFICAÇÃO:** Especificamente nas Apólices à Base de Reclamações em que se contrata a Cláusula de Notificações, é o ato por meio do qual o Segurado comunica à Seguradora, por escrito, durante a vigência da apólice, fatos ou circunstâncias potencialmente danosos, abrigados pelo seguro, vinculando a apólice então em vigor a reclamações futuras de terceiros prejudicados.
- **OBJETO DO SEGURO:** É a designação genérica de qualquer interesse segurado, sejam coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias.
- **OCORRÊNCIA:** Acontecimento, circunstância. No jargão de seguros, usa-se às vezes como sinônimo de evento danoso, sinistro, ou, ainda, agravação de risco.
- **PERDA:** Na Responsabilidade Civil, significa redução ou eliminação de expectativa de ganho ou de lucro, não apenas de dinheiro, mas de bens de uma maneira geral. No caso de tal expectativa se limitar a valores financeiros, como dinheiro, créditos ou valores mobiliários, usa-se a expressão "Perdas Financeiras".
- **PREJUÍZO:** Qualquer dano ou perda sofrida pelos bens ou interesses segurados.
- **PRÊMIO:** Importância paga pelo Segurado ou estipulante/proponente à Seguradora para que esta assuma o risco a que o Segurado está exposto.
- **PROPOSTA DE SEGURO:** Instrumento que formaliza o interesse do proponente em contratar o seguro(circular Susep 347/07)
- **RAMO:** Conjunto de coberturas diretamente relacionadas ao objeto ou objetivo do plano de seguro. (Circular SUSEP 395/09)
- **RATEIO:** Condição contratual que prevê a possibilidade do segurado assumir uma proporção da indenização do seguro quando o valor segurado é inferior ao valor efetivo do bem segurado.
- **RECLAMAÇÃO:** Apresentação, pelo Segurado, ao Segurador, do seu pedido de indenização. A reclamação deve vir acompanhada da prova da ocorrência do risco, do seguro do bem, e também do prejuízo sofrido pelo reclamante. (Circular SUSEP 354/07).
- **RECLAMAÇÃO DE TERCEIRO:** Terceiros prejudicados por danos podem reclamar indenização, do responsável, na Justiça Civil. Caso o responsável possua Seguro de Responsabilidade Civil cobrindo a sua responsabilização pelos danos, o segurado pode invocar a garantia, avisando à seguradora do recebimento de reclamação de terceiro, normalmente uma notificação judicial. (Circular SUSEP 291/05).
- **REGULAÇÃO DE SINISTRO:** Conjunto de procedimentos realizados na ocorrência de um sinistro para apuração de suas causas, circunstâncias e valores envolvidos, com vistas à caracterização do risco ocorrido e seu enquadramento no seguro.
- **REGULADOR:** É o técnico indicado pelos Seguradores para proceder à liquidação dos sinistros.
- **REGULAMENTO:** Instrumento jurídico que representa as condições gerais do plano de seguro, disciplinando os direitos e obrigações das partes contratantes.
- **RENOVAÇÃO:** Ao término da vigência de um contrato de seguro, normalmente é oferecida ao segurado a possibilidade de dar continuidade ao contrato. O conjunto de normas e procedimentos a serem cumpridos, para que se efetive tal continuidade, é denominada renovação do contrato.
- **RESCISÃO DE APÓLICE OU SEGURO:** Dissolução antecipada do contrato de seguro por acordo das partes. Quando não há acordo, usa-se o termo "cancelamento". (Resolução CNSP 184/08).
- **RISCO:** Evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do Segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

- **RODOVIA:** Via terrestre não proibida ao trânsito de veículos automotores pelas autoridades competentes.
- **ROUBO:** Subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de tê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- **SALVADOS:** Bens que conseguem resgatar de um sinistro e que possuem valor comercial(circular SUSEP 321/06)
- **SEGURADO:** Pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiro.
- **SEGURADOR / SEGURADORA:** Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar no Brasil e que, recebendo o prêmio, assume os riscos descritos no contrato de seguro.
- **SEGURO:** Contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.
- **SINISTRO:** Ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.
- **TERCEIRO:** No Seguro de Responsabilidade Civil, trata-se do prejudicado por ato ou fato cuja responsabilidade é atribuída ao segurado. O seguro objetiva, justamente, cobrir os prejuízos financeiros que eventualmente o segurado venha a ter em ações civis propostas por terceiros prejudicados.
- **TUMULTO:** Ação de pessoas, com características de aglomeração, que perturbe a ordem pública através da prática de atos predatórios, para cuja repressão não haja necessidade de intervenção das Forças Armadas.
- **VALOR EM RISCO:** Valor integral do bem ou interesse segurado.
- **VALORES:** Dinheiro, metais preciosos, pedras preciosas ou semipreciosas, pérolas, joias, cheques, títulos de créditos de qualquer espécie, selos, apólices, e quaisquer outros instrumentos ou contratos, negociáveis ou não, que representem dinheiro.
- **VALOR DETERMINADO:** Quantia fixa garantida ao Segurado no caso de indenização integral do veículo, fixada em moeda corrente nacional, e estipulada pelas partes no ato da contratação.
- **QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO:** Diante das informações fornecidas no termo de referência e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

4.15. Liquidação de sinistros:

4.15.1. A liquidação de sinistro coberto pela CONTRATADA processar-se-á segundo as seguintes regras:

- a) A Seguradora indenizará, mediante acordo entre as partes, em espécie ou por reposição ou reparo dos bens, todo e qualquer sinistro sobre o qual venha a ser responsabilizada, até o limite das respectivas importâncias seguradas;

4.15.2. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega da documentação necessária à liquidação do sinistro, para pagamento da indenização.

4.15.3. O pagamento de qualquer indenização, com base neste termo poderá ser efetuado após terem sido relatadas, pelo CONTRATANTE, as circunstâncias da ocorrência do sinistro, apuradas as suas causas, provados os valores a indenizar e o direito de recebê-los.

4.15.4. A Seguradora poderá disponibilizar ao Segurado, se houver solicitação neste sentido, cópia do relatório definitivo da regulação, após concluídas e esgotadas todas as análises referentes ao evento ocorrido e reclamado.

4.16. Perda total:

4.16.1. Para fins do Contrato gerado por este certame ocorrerão Perda Total quando o custo da reparação ou recuperação do bem sinistrado atingir ou ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do seu Valor em Risco de Novo apurado na data do sinistro.

4.17. Endosso:

4.17.1. Quaisquer alterações, tais como: inclusão, substituição, exclusão dos veículos, poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e serão formalizadas, por meio de termo aditivo ao contrato e endosso na apólice.

4.17.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço e veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Termo de Referência, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

4.17.3. A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo CONTRATANTE.

4.18. Inclusão:

4.18.1. Havendo a necessidade de inclusão de veículos, e carreta semirreboque durante o período da vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada um a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados neste certame.

4.18.2. Caberá ao CONTRATANTE, em qualquer dos serviços, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição.

4.19. Exclusão:

4.19.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência do contrato, de exclusão de veículos a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por item;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por item;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE.

4.19.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo SENAC em Minas à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica.

4.19.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

4.19.4. A devolução, encontrada no resultado de (VT) Valor Total a ser devolvido ao CONTRATANTE, deverá ser realizado através de depósito, sendo os dados para efetivação do depósito, devidamente informados pelo CONTRATANTE.

4.20. Sinistro:

4.20.1. Em caso de sinistro o CONTRATANTE providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

4.20.2. Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

4.20.3. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

4.20.4. O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos após a entrega de todos os documentos solicitados pela CONTRATADA.

4.20.5. No caso de avarias ou danos parciais nos veículos do CONTRATANTE a CONTRATADA poderá:

4.20.6. Indenizar em espécie; ou

4.20.7. Reparar os danos.

4.20.8. Nos casos de reparação de danos o CONTRATANTE deverá solicitar o orçamento à oficina; marcar, junto à Seguradora, a realização da vistoria e aguardar a autorização formal da Seguradora para início dos reparos;

4.20.9. Nos sinistros de perda parcial, em que a substituição de peças seja necessária, tais peças serão de reposição original, adequadas e novas, ou, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, manterão as mesmas especificações técnicas do fabricante, distribuídas pelas concessionárias das montadoras ou pelos fabricantes das peças e seus representantes.

4.20.10. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, o CONTRATANTE fará o pagamento obrigatório da franquia;

4.20.11. Quando da utilização das coberturas de Responsabilidade Civil (RCF-V) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP) – comunicar, imediatamente, à Seguradora sobre: ocorrência de qualquer fato de que possa advir responsabilidade civil nos termos do contrato; qualquer reclamação, citação ou intimação, carta ou documento que receber e que se relacione com acidente/sinistro coberto pelo seguro; comunicar antecipadamente a Seguradora e obter sua expressa e prévia autorização para realizar acordo — judicial ou extrajudicial — por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros durante a vigência da apólice e que estejam cobertos pelo seguro.

4.20.12. Ocorrerá a Indenização Integral, para os veículos e cavalo mecânico da frota do cujo seguro tenha sido contratado na modalidade Valor de Mercado, sempre que os prejuízos e/ou despesas relativas ao conserto do veículo segurado resultantes de um mesmo sinistro forem iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do veículo referência da tabela estipulada na apólice obtido na data do aviso de sinistro, considerando-se o fator de ajuste contratado pelo Segurado para cobrir o veículo (casco) informado na apólice;

4.20.13. Ocorrerá a Indenização Integral, para as carretas semirreboques, sempre que os prejuízos e/ou despesas relativas ao conserto dos veículos resultantes de um mesmo sinistro forem iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor DETERMINADO na apólice;

4.20.14. Tratando-se de roubo ou furto total dos veículos segurados, decorridos 10 (dez) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora, deverá solicitar a documentação original para prosseguir com a regulação do sinistro.

4.20.15. O pagamento de indenização somente será devido, após o pagamento do prêmio de seguro, sendo a indenização paga no máximo até o valor das importâncias seguradas.

4.20.16. Para os veículos da frota do CONTRATANTE descritos no LOTE I, pagar a indenização no valor de 100% da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, e para as carretas semirreboques, o VALOR DETERMINADO estipulado na apólice, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da documentação solicitada. Em caso de extinção da Tabela FIPE, será

adotada a Tabela Molicar publicada na revista “Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado.

4.20.17. Uma vez pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

4.20.18. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do CONTRATANTE junto aos órgãos pertinentes.

4.20.19. Não ocorrendo a Indenização Integral do veículo segurado, a indenização decorrente de sinistro coberto por este seguro corresponderá ao valor dos reparos referentes aos prejuízos verificados, descontadas as franquias, exceto nos eventos de incêndio, raio ou explosão. Essa indenização ocorrerá desde que tais reparos tenham sido expressamente autorizados pela Seguradora após a realização de vistoria no veículo sinistrado.

4.21. Apólices:

4.21.1. A apólice de seguro auto pela CONTRATADA, emitida para os veículos segurados, deverão conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:

4.21.2. A relação completa dos veículos, e Carretas Semirreboques

4.21.3. Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros

- a) O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos após a entrega de todos os documentos solicitados pela CONTRATADA.
- b) Valor para cobertura de, no mínimo 100% (cem por cento) da tabela FIPE para os veículos;
- c) Valor Determinado para cada CARRETA SEMIRREBOQUE.

5. VISTORIA

5.1. As empresas interessadas em participar da licitação poderão proceder à vistoria no local onde as carretas semirreboques encontram-se guardadas, ocasião na qual será firmada a declaração, conforme modelo disponível no ANEXO V deste Termo de Referência (Termo de vistoria Técnica), examinando as carretas semirreboques e tomando ciência de suas características e peculiaridades, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de situações existentes.

5.2. A vistoria deverá ser marcada e realizada em dias úteis, de segunda à sexta-feira, devendo ser agendada com o representante do CONTRATANTE, por meio do telefone (31) 3048-1303, com o Sr. Adriano Louback dos Santos, e ser efetivada até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a abertura da licitação.

5.3. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, a licitante ciente de que após apresentação da proposta não será admitida, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações face ao desconhecimento das carretas semirreboques e de dificuldades técnicas não previstas.

5.4. Todos os custos associados com a visita aos locais da prestação dos serviços serão arcados integralmente pela licitante.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que já prestou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste termo.

6.2. Não serão aceitos atestado(s) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

6.3. O Senac em Minas poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de complementar informações ou comprovar a veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) pela licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o serviço apresentado no atestado foi prestado.

6.4. Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a Licitante está autorizada a atuar na área de seguro objeto desta licitação.

7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1. Demais comprovantes e Índices:

7.1.1. Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado, do último exercício social já exigível, e que comprove a situação financeira da empresa. As folhas devem ser extraídas do Livro Diário, e este deve estar devidamente registrado na Junta Comercial ou por autoridade judicial quando no município não houver Representação da Junta Comercial, ou ainda a Escrituração Contábil Digital com o respectivo Recibo de Entrega emitido pelo SPED;

7.1.1.1. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, ou ainda a Escrituração Contábil Digital.

7.1.2. As sociedades Anônimas devem apresentar as Demonstrações Financeiras, conforme legislação específica, lei 6.404/76, publicadas em jornais de grande circulação/Diário Oficial.

7.1.3. As empresas constituídas a menos de um ano, e as empresas com alteração do Contrato Social nos exercícios vigente e anterior, deverão apresentar a seguinte documentação referente às demonstrações contábeis:

a) Balanço de abertura ou balancete de abertura da empresa;

b) Balancete de dois meses anteriores ou que estiver fechado na data do pregão/concorrência acompanhado das seguintes demonstrações:

I - Demonstrações de Resultado:

II - Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

III - Demonstrações de fluxo de caixa, na forma da lei.

7.1.4. A comprovação da boa situação financeira das Licitantes será baseada nos seguintes parâmetros de índices, calculados pelos valores contidos nas demonstrações contábeis:

7.1.4.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$
--

7.1.4.2. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) = maior ou igual a 1. Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$
--

7.1.4.3. ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) = maior ou igual a 1. Mede a capacidade de a empresa honrar todas as suas obrigações com terceiros (de curto e de longo prazo), considerando seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$

7.1.5. A leitura do índice traduz quanto a empresa possui em Ativos para saldar as suas Dívidas e

Obrigações, ou seja, no resultado igual a 1 podemos afirmar que a cada 1 real em Dívidas e Obrigações a empresa possui 1 real no seu Ativo.

7.1.6. A licitante que não atingir um dos índices (≥ 1), deverá apresentar junto à documentação para habilitação, a comprovação de que possui capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita na forma da lei.

7.1.7. No decorrer do processo a licitante poderá ser solicitada a apresentar os comprovantes originais.

8. PROPOSTA COMERCIAL

8.1. A proposta comercial deverá ser apresentada, indicando número do item, veículo, preço unitário prêmio e total do(s) item(ns), além da identificação da empresa, informando razão social, CNPJ, endereço, dados para contato e dados do responsável pela sua elaboração conforme Anexo III deste Termo de Referência.

Item	Veículo	Preço Unitário Prêmio	Preço Total Prêmio

8.2. A proposta comercial deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua emissão.

8.3. Os valores ofertados deverão incluir todos os custos e despesas diretas e indiretas para a execução do objeto, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e de faturamento.

8.4. A apresentação da proposta comercial implicará na aceitação plena de todos os termos e condições deste instrumento, em especial às especificações do objeto constantes neste termo.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Para julgamento das propostas levar-se-á em consideração o menor preço critério de MENOR PREÇO POR LOTE, considerando as especificações técnicas dos veículos a serem segurados. Foi utilizado o critério de similaridade para agrupamento dos veículos em cada lote, possibilitando assim, maior competitividade e economicidade no mercado do ramo, além de melhor gestão contratual.

10. REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

10.1. Os valores referidos no instrumento contratual poderão ser reajustados decorridos 12 (doze) meses de sua vigência, pelo índice de IGPM, de forma a manter o equilíbrio do contrato. Caso o índice de IGPM seja extinto, será adotado um novo índice devidamente aprovado por órgãos governamentais.

10.2 Os valores somente serão reajustados mediante solicitação formal da CONTRATADA.

10.3 A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo a data a que contratualmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário do contrato, arcando está, portanto, por sua própria inércia.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. As obrigações genéricas da CONTRATADA estarão descritas na minuta do instrumento contratual.

12. FORMA DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

12.1. A CONTRATADA deverá realizar o faturamento conforme descritivo e quantitativo informados no Pedido de Compra (P.C.) e no contrato.

12.2. As faturas deverão ser emitidas e enviadas até o 15º (décimo quinto) dia do mês e deverá constar expressamente o número do Pedido de Compra e do contrato.

12.2.1. As Faturas enviadas sem as informações e fora dos prazos estipulados não serão aceitas e deverão ser canceladas.

12.3. As faturas deverão ser encaminhadas em formato de arquivo PDF para o email senacminas.nfe@mg.senac.br e para email do fiscal do instrumento contratual que será informado após a assinatura do referido instrumento.

12.4. O CONTRATANTE não se responsabilizará se o documento for enviado em outros emails, a não ser os informados, ficando totalmente isento de multas e juros, se por ventura ocorrer.

12.5. A fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz, de acordo com as informações abaixo:

CNPJ	Razão Social	Endereço	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
03.447.242/0001-16	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas	Rua dos Tupinambás, 1086 – Centro. Belo Horizonte – MG. CEP: 30.120-076	ISENTO	0.303.190/003-2

12.6. Somente após o cumprimento de todas as exigências supracitadas concernentes a forma de pagamento/faturamento e do aceite Fiscal do Contrato nomeado pelo contratante será liberado o pagamento.

12.7. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da fatura e boleto.

12.8. Os pagamentos serão feitos por meio de boleto bancário que deverá ser enviado juntamente com a fatura e constando o número da mesma.

12.9. Caso a data de vencimento do boleto bancário ocorra em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem nenhum ônus financeiro.

12.10. Fica expressamente proibido o desconto de títulos de crédito pela CONTRATADA junto a terceiros.

13. PENALIDADES

13.1. As condições de aplicação das penalidades estarão descritas na minuta do instrumento contratual.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será aceito subcontratação, cessão ou transferência do objeto do contrato, salvo por autorização expressa por escrito do contratante, sob pena de aplicação de penalidade, inclusive rescisão.

14.2. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

15. ANEXOS

ANEXO I – LOTE I - RELAÇÃO DE VEÍCULOS

ANEXO II – LOTE II - CARRETAS SEMIRREBOQUES

ANEXO III – VALOR MÁXIMO DAS FRANQUIAS REDUZIDAS (LOTES I E II)

ANEXO V – TERMO DE VISTORIA

**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
LOTE I - RELAÇÃO DE VEÍCULOS**

MARCA	MODELO	PLACA	CHASSI	ANO MODELO	COR
IVECO	IVECO DAILY 30-130 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUF9B15	RUF9B15	93ZC135AZN8496943	2021/2022	BRANCA
IVECO	IVECO DAILY 55-170 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUF9B18	RUF9B18	93ZC053CZN8501227	2021/2022	BRANCA
IVECO	IVECO DAILY 35-160 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUP1D47	RUP1D47	93ZC635BZN8200068	2022/2022	BRANCA
MERCEDES- BENZ	AXOR:2036/35 S/36 UP8 4X2 SEM PLACA	SEM PLACA	9BM958433MB233492	2021/2021	BRANCA
IVECO	IVECO/CURSOR 450E33T PLACA HFI-2576	HFI-2576	93ZM1PNH0B8601292	2011/2011	BRANCA



**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
LOTE II - CARRETAS SEMIRREBOQUES**

MARCA	MODELO	PLACA	CHASSI	ANO MODELO	COR
RANDON	SEMI REBOQUE	LCB-2705	9ADF14020VS133009	1997/1998	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LCB-2700	9ADF14020VS133007	1997/1998	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LCB-2695	9ADF14020VS133008	1997/1998	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LCD-7651	9ADF1402WWS134733	1998/1998	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LCO-1399	9ADF1402XWS143092	1998/1999	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LNG-4882	9ADF1402YYS155559	2000/2000	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LNG-4612	9ADF1402YYS155562	2000/2000	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4383	955R1402CCS350565	2012/2012	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4385	955R1402CCS350564	2012/2012	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4403	955R1402CCS350567	2012/2012	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4419	955R1402CCS351155	2012/2012	BRANCA
RANDON	SEMI REBOQUE	LCO-1436	9ADF1402XWS143102	1998/1999	BRANCA

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
VALOR MÁXIMO DAS FRANQUIAS REDUZIDAS (LOTES I E II)

LOTE I - RELAÇÃO DE VEÍCULOS		
ITEM	VEÍCULOS	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DA FRANQUIA REDUZIDA
1	IVECO DAILY 30-130 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUF9B15	R\$ 21.121,80
2	IVECO DAILY 55-170 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUF9B18	R\$ 23.646,00
3	IVECO DAILY 35-160 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUP1D47	R\$ 20.197,80
4	AXOR:2036/35 S/36 UP8 4X2 SEM PLACA	R\$ 40.512,15
5	IVECO/CURSOR 450E33T PLACA HFI-2576	R\$ 8.373,00
Valor total >>>		R\$ 113.850,75

LOTE II - CARRETAS SEMIRREBOQUES		
ITEM	VEÍCULOS	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL DA FRANQUIA REDUZIDA
1	CARRETA LCB-2705	R\$ 11.728,40
2	CARRETA LCB-2700	R\$ 11.728,40
3	CARRETA LCB-2695	R\$ 11.728,40
4	CARRETA LCD-7651	R\$ 11.728,40
5	CARRETA LCO-1399	R\$ 11.728,39
6	CARRETA LNG-4882	R\$ 11.728,37
7	CARRETA LNG-4612	R\$ 11.728,37
8	CARRETA HCZ-4383	R\$ 14.045,32
9	CARRETA HCZ-4385	R\$ 14.045,32
10	CARRETA HCZ-4403	R\$ 14.045,32
11	CARRETA HCZ-4419	R\$ 14.045,32
12	CARRETA LCO-1436	R\$ 11.728,39
Valor total >>>		R\$ 150.008,40



ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE VISTORIA

Declaramos que a Empresa _____, por nosso representante, Sr.(a) _____ na data de ____/____/2022, na companhia de um colaborador designado pelo CONTRATANTE, vistoriou as carretas semirreboques e veículos que serão cobertos pelo seguro e que estamos cientes e de acordo com todas as especificações técnicas; tendo ainda dirimido todas as dúvidas quanto às interpretações do Termo de Referência.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

(Local), (Dia) de (Mês) de (Ano).

Responsável pela condução da vistoria:

Representante Senac em Minas

Representante da Licitante

ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS ESTIMADOS

LOTE 1				
ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	VALOR TOTAL ANUAL
1	IVECO	IVECO DAILY 30-130 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUF9B15	RUF9B15	R\$ 19.740,00
2	IVECO	IVECO DAILY 55-170 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUF9B18	RUF9B18	R\$ 19.740,00
3	IVECO	IVECO DAILY 35-160 EQUIPAMENTO COM BAÚ PLACA: RUP1D47	RUP1D47	R\$ 19.591,47
4	MERCEDES- BENZ	AXOR:2036/35 S/36 UP8 4X2 SEM PLACA	SEM PLACA	R\$ 19.740,00
5	IVECO	IVECO/CURSOR 450E33T PLACA HFI-2576	HFI-2576	R\$ 16.102,67
VALOR TOTAL ANUAL LOTE 1				R\$ 94.914,14

LOTE 2				
ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	VALOR TOTAL ANUAL
1	RANDON	SEMI REBOQUE	LCB-2705	R\$ 13.913,00
2	RANDON	SEMI REBOQUE	LCB-2700	R\$ 13.913,00
3	RANDON	SEMI REBOQUE	LCB-2695	R\$ 13.913,00
4	RANDON	SEMI REBOQUE	LCD-7651	R\$ 13.913,00
5	RANDON	SEMI REBOQUE	LCO-1399	R\$ 13.913,00
6	RANDON	SEMI REBOQUE	LNG-4882	R\$ 13.913,00
7	RANDON	SEMI REBOQUE	LNG-4612	R\$ 13.913,00
8	RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4383	R\$ 14.493,42
9	RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4385	R\$ 14.493,42
10	RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4403	R\$ 14.493,42
11	RANDON	SEMI REBOQUE	HCZ-4419	R\$ 14.493,42
12	RANDON	SEMI REBOQUE	LCO-1436	R\$ 13.913,00
VALOR TOTAL ANUAL LOTE 2				R\$ 169.277,68

VALOR TOTAL 12 MESES	R\$ 264.191,82
----------------------	----------------



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Belo Horizonte ____ de ____ de 2022.

CARTA PROPOSTA referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2022.

À Pregoeira e a Comissão Permanente de Licitação do Senac em Minas

Prezados Senhores,

Para a contratação de serviços de seguro total para a frota de veículos (caminhões, cavalo mecânico e carretas semirreboques), para atendimento das necessidades do Senac em Minas, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

A empresa _____, localizada na _____, CNPJ: _____ signatária desta proposta, apresenta-se como licitante a assumir a execução do objeto da licitação em estrita conformidade com os documentos pertinentes. A signatária propõe-se a fornecer integralmente o objeto desta licitação, nos preços descritos abaixo:

Item	Veículo	Preço Unitário Prêmio	Preço Total Prêmio

****A apresentação da proposta implicará na plena aceitação e concordância, por parte da licitante, de todas as exigências, termos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, em especial à descrição do item constante no Anexo I - Termo de Referência.***

1. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo **120 (cento e vinte)** dias contados da sua emissão.
2. Declaramos que nos valores estão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como tributos, taxas, encargos, frete, transporte, remunerações, de acordo com as especificações, quantidades, condições de execução e faturamento.

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

Endereço Correio Eletrônico: _____



ANEXO IV – MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO

Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx

Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

Unidade: xxxxxxxxx

Contrato nº xxxx/xxxx – Processo Administrativo nº xxxx/xxxx

O **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC MINAS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei nº 8.621 de 10 de janeiro de 1946 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 61.843 de 05 de dezembro de 1967 e alterações posteriores, inscrito no CNPJ sob o nº 03.447.242/0001-16, com sede na Rua dos Tupinambás, nº 1.086, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.120-076, legalmente representado pelo(a) Diretor(a) Regional ou Diretor(a) Regional Adjunto(a), na condição de **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na XXX, nº X, Bairro, Cidade/UF, CEP: XXXX, por seu representante legal, Sr. **XXXXXXXXXXXX**, na condição de **CONTRATADA**, resolvem, em comum acordo, celebrar o presente contrato, com fundamento na Resolução SENAC nº 958/2012 e demais normas aplicáveis, na forma seguinte:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos (caminhões, cavalo mecânico e carretas semirreboques), para atendimento das necessidades do CONTRATANTE, conforme especificações constantes neste documento e seus anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Integram este instrumento, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- 2.1.1. Proposta comercial da CONTRATADA.
- 2.1.2. Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx.
- 2.1.3. Pedido de Compra do Contratante nº xxxx.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura digital do CONTRATANTE, podendo ser prorrogado, se houver interesse comum entre as partes, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme estipulado na Resolução do SENAC nº 958/2012.

- 3.1.1. Caso a assinatura do CONTRATANTE seja física, a vigência será contada a partir da data informada na página de assinaturas.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. Especificações e quantitativos compõem o Anexo I e II deste instrumento.

4.2. O instrumento contratual poderá sofrer acréscimos e supressões, mediante a formalização de

termo aditivo.

4.3. A tolerância diante de qualquer atraso na execução do serviço não importará, de forma alguma, em alteração ou novação contratual, sendo permitido ao CONTRATANTE exercer os controles e penalizações descritas neste termo de referência.

4.4. Prazo de execução:

4.4.1. A cobertura do seguro deverá ser iniciada no prazo máximo de 01 (um) dia contado da assinatura do contrato.

4.5. Local da prestação dos serviços:

4.5.1. A cobertura do seguro deverá abranger todas as carretas semirreboques, caminhões e cavalo mecânico do CONTRATANTE.

4.6. Informações dos veículos:

4.6.1. Os veículos (caminhões e cavalo mecânico) que serão segurados com as coberturas descritas no item 4.7 estão especificados no lote I - anexo I deste termo de referência – relação dos veículos;

4.6.2. As carretas semirreboques que serão seguradas com as coberturas descritas no Item 4.8 estão especificados no lote II - anexo II deste termo de referência – relação carretas semirreboques.

4.7. Descrição do seguro de veículos (caminhões e cavalo mecânico):

4.7.1. Seguros na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE).

4.7.2. Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo (RCFV).

4.7.3. Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais, Acidente Por Passageiro (APP), com cobertura adicional de assistência 24 horas.

4.7.4. Proteção de Vidros (VD, VT, RET, FAR e LA).

4.7.5. Descrição das Indenizações (R\$):

4.7.5.1. RCFV – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo:

a) Danos Materiais => R\$100.000,00

b) Danos Corporais => R\$100.000,00 – Indenizações (R\$) Morte p/ Pessoa Invalidez Permanente p/ Pessoa

c) Danos Morais => R\$50.000,00

4.7.5.2. APP – Acidentes Pessoais de Passageiros (Por passageiro)

a) Morte => R\$50.000,00

b) Invalidez => R\$50.000,00

4.8. Descrição das carretas semirreboques:

4.8.1. Autovalor Determinado:

SEMIRREBOQUES PLACAS	/	VALORES DOS SEMIRREBOQUES
LCD - 7651		R\$ 265.000,00
LCB - 2695		R\$ 200.000,00
LCB - 2705		R\$ 350.000,00
LCB - 2700		R\$ 200.000,00
LNG - 4612		R\$ 550.000,00

LCO - 1399	R\$ 160.000,00
LCO - 1436	R\$ 160.000,00
LNG - 4882	R\$ 550.000,00
HCZ - 4419	R\$ 400.000,00
HCZ - 4403	R\$ 400.000,00
HCZ - 4385	R\$ 400.000,00
HCZ - 4383	R\$ 400.000,00

4.8.2. RCFV – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículo:

- a) Danos Materiais => R\$100.000,00
- b) Danos Corporais => R\$100.000,00 – Indenizações (R\$) Morte p/ Pessoa Invalidez Permanente p/ Pessoa
- c) Danos Morais => R\$50.000,00

4.9. Os seguros deverão cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação dos bens segurados, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela CONTRATADA correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, constantes dos subitens 4.9.1 até o 4.9.17;

4.9.1. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo a CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

4.9.2. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros;

4.9.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

4.9.4. Raios e suas consequências;

4.9.5. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.9.6. Queda em precipícios ou pontes;

4.9.7. Queda de agentes externos sobre o veículo;

4.9.8. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

4.9.9. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.9.10. Granizo, furacão; tornados;

4.9.11. Danos causados durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

4.9.12. RCFV (danos pessoais e danos materiais) e Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (morte e invalidez), na forma descrita no subitem 4.7.5.1. e 4.7.5.2.

4.9.13. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

4.9.14. Acidente com o veículo segurado, nas dependências do CONTRATANTE;

4.9.15. Assistência 24 horas, 07 dias por semana ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora do estado de Minas Gerais, com os seguintes serviços:

- a) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;
- b) reboque ou guincho com quilometragem ilimitada, ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, com atendimento no máximo de 03 (três) horas a contar do aviso do sinistro.
- c) transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
- d) transporte da pessoa segurada por roubo ou furto do veículo segurado;
- e) O envio de 5 (cinco) litros de combustível, em virtude de pane seca, até o local onde se encontra o veículo. O presente serviço tem limite de 3 (três) acionamentos por veículo constante na apólice.

4.9.16. Calço hidráulico.

4.9.17. Serviço de proteção aos vidros, retrovisores, lanternas e faróis.

4.10. Fatores e Condições de Diminuição de Riscos

4.10.1. Deverá ser levado em conta, na efetivação do seguro, que os veículos deste Termo de Referência, estão localizadas e alocados nas unidades do CONTRATANTE em garagens próprias e (ou locadas).

4.10.2. Os veículos do CONTRATANTE são conduzidos, exclusivamente, por funcionários habilitados e autorizados por suas respectivas direções;

4.10.3. O cavalo mecânico e os caminhões são conduzidos por motoristas próprios do CONTRATANTE e com suas respectivas categorias de CNH.

4.11. DA FRANQUIA

4.11.1. A modalidade de franquia dos veículos e carretas semirreboques constantes deste Termo de Referência deverão ser do tipo reduzida;

4.11.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

4.11.3. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites estabelecidos por veículo, conforme descrição disposta no Anexo III.

4.11.4. Nos casos das coberturas de APP Acidente Por Passageiro e RCFV responsabilidade civil facultativa de veículo, não haverá pagamento de franquia;

4.11.5. Em caso de perda total e furto ou roubo total, para os veículos listados no LOTE I, o valor da indenização será obtido mediante a aplicação do percentual de 100% (cem por cento) sobre o veículo referência (de mesmas características do veículo segurado) que constar da tabela FIPE e, não haverá pagamento de franquia. Em caso de extinção da tabela FIPE será adotada a tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas" ou outra similar de aceitação no mercado.

4.11.6. Em caso de perda total e furto ou roubo total, para as LOTE II o valor da indenização será o valor determinado constante na apólice e, não haverá pagamento de franquia;

4.11.7. Fica ainda vedada a aplicação de franquia nos casos de danos causados por incêndio, queda de raio e /ou explosão e de indenização integral, conforme disposto no art. 6º da Circular

SUSEP nº 269/04.

4.12. Franquia de Vidros

4.12.1. Valor máximo a ser cobrado de franquia: Para-brisa/Vidro traseiro R\$120,00, Laterais R\$60,00, Retrovisores R\$365,00, Faróis/Lanternas R\$ 390,00, Farol de milha R\$120,00.

4.12.2. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina esteja com pendência junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o veículo será removido para outra concessionária/oficina de escolha do CONTRATANTE que esteja devidamente regular.

4.13. Cobertura do seguro:

4.13.1. A principal região de circulação dos veículos do CONTRATANTE será no estado de Minas Gerais, devendo, nos casos de sinistro, a cobertura do seguro abranger todo território nacional.

4.14. Condições gerais do seguro:

4.14.1. As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

4.14.2. A CONTRATADA poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada;

4.14.3. Conforme Art. 13 da Circular 256 SUSEP, as Condições Gerais deverão apresentar os termos técnicos utilizados no contrato, para efeito deste seguro, entende-se por:

- **ACEITAÇÃO DO RISCO:** Ato de aprovação de proposta submetida à seguradora para a contratação de seguro.
- **ACIDENTE:** Acontecimento imprevisto e involuntário do qual resulta um dano causado ao objeto ou pessoa segurada.
- **AMBITO GEOGRÁFICO:** Termo que determina o território de abrangência de uma determinada cobertura ou a extensão na qual o seguro ou a cobertura é válida. Sinônimo: Perímetro de Cobertura.
- **APÓLICE:** Documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado e discriminando as garantias contratadas.
- **AVARIA:** Termo empregado no Direito Comercial para designar os danos às mercadorias. (Circular SUSEP 354/07)
- **AVARIA PRÉVIA:** Dano existente no veículo segurado antes da contratação do seguro, e que não está por este coberto. (Circular SUSEP 306/05).
- **AVISO DE SINISTRO:** Comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tenha conhecimento
- **BENEFICIÁRIO:** Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.
- **BENEFÍCIO:** Pagamento a ser efetuado ao próprio participante ou a seu beneficiário, por ocasião da ocorrência do evento gerador.

- **BENS:** São todas as coisas, direitos e ações que podem ser objeto de propriedade.
- **BÔNUS:** Desconto obtido pelo segurado na renovação do seguro, desde que não tenha havido nenhuma ocorrência de sinistro durante o período de vigência da apólice anterior, qualquer transferência de direitos ou obrigações ou qualquer interrupção no contrato de seguro.
- **CAPITAL ADICIONAL:** Montante variável de capital que uma sociedade seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica. (Resolução CNSP 178/07).
- **CANCELAMENTO:** Dissolução antecipada do contrato de seguro.
- **CLASSE DE RISCO:** Em algumas modalidades do Seguro de Responsabilidade Civil Geral, para simplificar a operação de seguro, a grande variedade de atividades exercidas pelos Segurados torna necessária a subdivisão dos mesmos em um pequeno número de grupos. Cada um destes grupos se caracteriza por seus membros, na qualidade de Segurados, apresentarem riscos aproximadamente equivalentes, quando consideradas suas atividades e/ou os produtos por eles fornecidos. Estes grupos são denominados "classes de risco". (Circular SUSEP 437/12).
- **CLÁUSULA:** Em sentido estrito, é a denominação dada a cada um dos artigos ou disposições de um contrato. No caso de seguros, utiliza-se o termo para fazer referência a um grupo de disposições, normalmente reunida sob um título, que estipulam as regras relativas a um particular aspecto do contrato, como, por exemplo, Cláusula de Pagamento do Prêmio ou ;Cláusula de Concorrência de Apólices.
- **COBERTURA:** É a designação genérica dos riscos assumidos pelo Segurador.
- **COBERTURA ADICIONAL:** Cobertura adicionada ao contrato, facultativamente, mediante cobrança de prêmio adicional.
- **COBERTURA BÁSICA:** Corresponde aos riscos básicos contra os quais é automaticamente oferecida a cobertura do ramo de seguro.
- **COMUNICABILIDADE:** Instituto que, na forma regulada pela SUSEP, permite a utilização de recursos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, referente à cobertura por sobrevivência, para custeio de cobertura (ou coberturas) de risco, inclusive o valor de impostos e do carregamento, quando for o caso.
- **CONDIÇÕES ESPECIAIS:** Conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que eventualmente alteram as Condições Gerais.
- **CONDIÇÕES GERAIS:** Conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.
- **DANO:** No seguro, é o prejuízo sofrido pelo Segurado e indenizável ou não, de acordo com as condições do contrato de seguro.

- **DANO MATERIAL:** Toda alteração de um bem corpóreo que reduza ou anule seu valor econômico, como, por exemplo, deterioração, estrago, inutilização, destruição, extravio, furto ou roubo do mesmo. Não se enquadram neste conceito a redução ou a eliminação de disponibilidades financeiras já existentes, tais como dinheiro, créditos ou valores mobiliários, que são consideradas "prejuízos financeiros". A redução ou a eliminação da expectativa de lucros ou ganhos de dinheiro e/ou valores mobiliários também não se enquadra na definição de dano material, mas sim na de "perda financeira". Analogamente, as lesões físicas ao corpo de uma pessoa não são danos materiais, mas sim "danos corporais".
- **DANO PATRIMONIAL:** Todo dano suscetível de avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.
- **DEPRECIAÇÃO:** Redução do valor de um bem em consequência do uso, idade, desgaste ou obsolescência.
- **DURAÇÃO DO SEGURO:** Expressão usada para indicar o período de vigência do seguro. (Circular SUSEP 291/05).
- **ENDOSSO:** Documento, emitido pela seguradora, por intermédio do qual são alterados dados e condições de uma apólice, de comum acordo com o segurado.
- **ESPECIFICAÇÃO DA APÓLICE:** Documento que faz parte integrante da apólice, no qual estão particularizadas as características do seguro contratado.
- **FRACIONAMENTO DO PRÊMIO:** Usa-se esta expressão nos casos em que o pagamento do prêmio é parcelado. (Circular SUSEP nº 437/12).
- **FRANQUIA:** Quantia fixa, definida na apólice, que, em caso de sinistro, representa a parte do prejuízo apurado que poderá deixar de ser paga pela Seguradora, dependendo das disposições do contrato.
- **FURTO:** Subtração de todo ou parte do bem sem ameaça ou violência à pessoa.
- **FURTO QUALIFICADO:** Ação cometida para subtração de coisa móvel, com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, com emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas, que deixe vestígios ou seja comprovada mediante inquérito policial.
- **GRANIZO:** Precipitação atmosférica em forma de pedras de gelo, ocasionando danos físicos ao bem segurado.
- **GRUPO SEGUADO:** é a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva. (Resolução CNSP 117/04).
- **INCÊNDIO:** Toda e qualquer combustão fora do controle do homem, tanto no espaço quanto no tempo, que destrói ou danifica o bem segurado.

- **INDENIZAÇÃO:** Valor que a sociedade seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro.
- **INDENIZAÇÃO INTEGRAL:** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia apurada a partir da aplicação de percentual previamente determinado sobre o valor contratado. (Circular 269/2004).
- **INÍCIO DE VIGÊNCIA:** Data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela sociedade seguradora.
- **INSPEÇÃO DE RISCOS (VISTORIA):** Inspeção feita por peritos para verificação das condições do objeto do seguro.
- **INUNDAÇÃO:** Grande quantidade de água acumulada pelo transbordamento de rios, diques, açudes ou similares decorrente de fenômenos climáticos, provocando danos ao bem segurado. (Circular SUSEP 308/05).
- **JURISPRUDÊNCIA:** Conjunto de sentenças similares proferidas pelos tribunais superiores, e que servem de orientação para a Justiça em julgamentos futuros de casos análogos.
- **LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO:** Pagamento da indenização (ou reembolso) relativa a um sinistro. (Circular SUSEP 291/05).
- **LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA DA APÓLICE (LMG):** Valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora em cada apólice, por evento ou série de eventos.
- **LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO POR COBERTURA (LMI):** No caso de contratação de várias coberturas numa mesma apólice, é comum o contrato estabelecer, para cada uma delas, um distinto limite máximo de responsabilidade por parte da seguradora. Cada um deles é denominado o Limite Máximo de Indenização (ou a Importância Segurada), de cada cobertura contratada. Ressalte-se que estes limites são independentes, não se somando nem se comunicando.
- **MODALIDADE:** Subdivisão de ramo; tipo específico de cobertura de um determinado ramo de seguro. Sinônimo: Cobertura Básica. (Circular SUSEP 437/12).
- **NOTIFICAÇÃO:** Especificamente nas Apólices à Base de Reclamações em que se contrata a Cláusula de Notificações, é o ato por meio do qual o Segurado comunica à Seguradora, por escrito, durante a vigência da apólice, fatos ou circunstâncias potencialmente danosos, abrigados pelo seguro, vinculando a apólice então em vigor a reclamações futuras de terceiros prejudicados.
- **OBJETO DO SEGURO:** É a designação genérica de qualquer interesse segurado, sejam coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias.
- **OCORRÊNCIA:** Acontecimento, circunstância. No jargão de seguros, usa-se às vezes como sinônimo de evento danoso, sinistro, ou, ainda, agravação de risco.

- **PERDA:** Na Responsabilidade Civil, significa redução ou eliminação de expectativa de ganho ou de lucro, não apenas de dinheiro, mas de bens de uma maneira geral. No caso de tal expectativa se limitar a valores financeiros, como dinheiro, créditos ou valores mobiliários, usa-se a expressão "Perdas Financeiras".
- **PREJUÍZO:** Qualquer dano ou perda sofrida pelos bens ou interesses segurados.
- **PRÊMIO:** Importância paga pelo Segurado ou estipulante/proponente à Seguradora para que esta assuma o risco a que o Segurado está exposto.
- **PROPOSTA DE SEGURO:** Instrumento que formaliza o interesse do proponente em contratar o seguro(circular Susep 347/07)
- **RAMO:** Conjunto de coberturas diretamente relacionadas ao objeto ou objetivo do plano de seguro. (Circular SUSEP 395/09)
- **RATEIO:** Condição contratual que prevê a possibilidade do segurado assumir uma proporção da indenização do seguro quando o valor segurado é inferior ao valor efetivo do bem segurado.
- **RECLAMAÇÃO:** Apresentação, pelo Segurado, ao Segurador, do seu pedido de indenização. A reclamação deve vir acompanhada da prova da ocorrência do risco, do seguro do bem, e também do prejuízo sofrido pelo reclamante. (Circular SUSEP 354/07).
- **RECLAMAÇÃO DE TERCEIRO:** Terceiros prejudicados por danos podem reclamar indenização, do responsável, na Justiça Civil. Caso o responsável possua Seguro de Responsabilidade Civil cobrindo a sua responsabilização pelos danos, o segurado pode invocar a garantia, avisando à seguradora do recebimento de reclamação de terceiro, normalmente uma notificação judicial. (Circular SUSEP 291/05).
- **REGULAÇÃO DE SINISTRO:** Conjunto de procedimentos realizados na ocorrência de um sinistro para apuração de suas causas, circunstâncias e valores envolvidos, com vistas à caracterização do risco ocorrido e seu enquadramento no seguro.
- **REGULADOR:** É o técnico indicado pelos Seguradores para proceder à liquidação dos sinistros.
- **REGULAMENTO:** Instrumento jurídico que representa as condições gerais do plano de seguro, disciplinando os direitos e obrigações das partes contratantes.
- **RENOVAÇÃO:** Ao término da vigência de um contrato de seguro, normalmente é oferecida ao segurado a possibilidade de dar continuidade ao contrato. O conjunto de normas e procedimentos a serem cumpridos, para que se efetive tal continuidade, é denominada renovação do contrato.
- **RESCISÃO DE APÓLICE OU SEGURO:** Dissolução antecipada do contrato de seguro por acordo das partes. Quando não há acordo, usa-se o termo "cancelamento". (Resolução CNSP 184/08).

- **RISCO:** Evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do Segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.
- **RODOVIA:** Via terrestre não proibida ao trânsito de veículos automotores pelas autoridades competentes.
- **ROUBO:** Subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de tê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
- **SALVADOS:** Bens que conseguem resgatar de um sinistro e que possuem valor comercial(circular SUSEP 321/06)
- **SEGURADO:** Pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiro.
- **SEGURADOR / SEGURADORA:** Empresa autorizada pela SUSEP a funcionar no Brasil e que, recebendo o prêmio, assume os riscos descritos no contrato de seguro.
- **SEGURO:** Contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.
- **SINISTRO:** Ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.
- **TERCEIRO:** No Seguro de Responsabilidade Civil, trata-se do prejudicado por ato ou fato cuja responsabilidade é atribuída ao segurado. O seguro objetiva, justamente, cobrir os prejuízos financeiros que eventualmente o segurado venha a ter em ações civis propostas por terceiros prejudicados.
- **TUMULTO:** Ação de pessoas, com características de aglomeração, que perturbe a ordem pública através da prática de atos predatórios, para cuja repressão não haja necessidade de intervenção das Forças Armadas.
- **VALOR EM RISCO:** Valor integral do bem ou interesse segurado.
- **VALORES:** Dinheiro, metais preciosos, pedras preciosas ou semipreciosas, pérolas, joias, cheques, títulos de créditos de qualquer espécie, selos, apólices, e quaisquer outros instrumentos ou contratos, negociáveis ou não, que representem dinheiro.
 - **VALOR DETERMINADO:** Quantia fixa garantida ao Segurado no caso de indenização integral do veículo, fixada em moeda corrente nacional, e estipulada pelas partes no ato da contratação.
 - **QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO:** Diante das informações fornecidas no termo de referência e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

4.15. Liquidação de sinistros:

- 4.15.1. A liquidação de sinistro coberto pela contratada processar-se-á segundo as seguintes

regras:

- a) A Seguradora indenizará, mediante acordo entre as partes, em espécie ou por reposição ou reparo dos bens, todo e qualquer sinistro sobre o qual venha e ser responsabilizada, até o limite das respectivas importâncias seguradas;
- 4.15.2. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega da documentação necessária à liquidação do sinistro, para pagamento da indenização.
- 4.15.3. O pagamento de qualquer indenização, com base neste termo poderá ser efetuado após terem sido relatadas, pelo CONTRATANTE, as circunstâncias da ocorrência do sinistro, apuradas as suas causas, provados os valores a indenizar e o direito de recebê-los.
- 4.15.4. A Seguradora poderá disponibilizar ao Segurado, se houver solicitação neste sentido, cópia do relatório definitivo da regulação, após concluídas e esgotadas todas as análises referentes ao evento ocorrido e reclamado.

4.16. Perda total:

- 4.16.1. Para fins do Contrato gerado por este certame ocorrerão Perda Total quando o custo da reparação ou recuperação do bem sinistrado atingir ou ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do seu Valor em Risco de Novo apurado na data do sinistro.

4.17. Endosso:

- 4.17.1. Quaisquer alterações, tais como: inclusão, substituição, exclusão dos veículos, poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e serão formalizadas, por meio de termo aditivo ao contrato e endosso na apólice.
- 4.17.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço e veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Termo de Referência, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.
- 4.17.3. A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo CONTRATANTE.

4.18. Inclusão:

- 4.18.1. Havendo a necessidade de inclusão de veículos, e carreta semirreboque durante o período da vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada um a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados neste certame.
- 4.18.2. Caberá ao CONTRATANTE, em qualquer dos serviços, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição.

4.19. Exclusão:

- 4.19.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência do contrato, de exclusão de veículos a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE, mediante a fórmula:
$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por item;
12 = Número de meses;
Y = Valor mensal do prêmio por item;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE.

4.19.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica.

4.19.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

4.19.4. A devolução, encontrada no resultado de (VT) Valor Total a ser devolvido ao CONTRATANTE, deverá ser realizado através de depósito, sendo os dados para efetivação do depósito, devidamente informados pelo CONTRATANTE.

4.20. Sinistro:

4.20.1. Em caso de sinistro o CONTRATANTE providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

4.20.2. Ocorrendo sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

4.20.3. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

4.20.4. O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos após a entrega de todos os documentos solicitados pela CONTRATADA.

4.20.5. No caso de avarias ou danos parciais nos veículos do CONTRATANTE a CONTRATADA poderá:

4.20.6. Indenizar em espécie; ou

4.20.7. Reparar os danos.

4.20.8. Nos casos de reparação de danos o CONTRATANTE deverá solicitar o orçamento à oficina; marcar, junto à Seguradora, a realização da vistoria e aguardar a autorização formal da Seguradora para início dos reparos;

4.20.9. Nos sinistros de perda parcial, em que a substituição de peças seja necessária, tais peças serão de reposição original, adequadas e novas, ou, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, manterão as mesmas especificações técnicas do fabricante, distribuídas pelas concessionárias das montadoras ou pelos fabricantes das peças e seus representantes.

4.20.10. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, o CONTRATANTE fará o pagamento obrigatório da franquia;

4.20.11. Quando da utilização das coberturas de Responsabilidade Civil (RCF-V) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP) – comunicar, imediatamente, à Seguradora sobre: ocorrência de qualquer fato de que possa advir responsabilidade civil nos termos do contrato; qualquer reclamação, citação ou intimação, carta ou documento que receber e que se relacione com acidente/sinistro coberto pelo seguro; comunicar antecipadamente a Seguradora e obter sua expressa e prévia autorização para realizar acordo — judicial ou extrajudicial — por danos

involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros durante a vigência da apólice e que estejam cobertos pelo seguro.

4.20.12. Ocorrerá a Indenização Integral, para os veículos e cavalo mecânico da frota do cujo seguro tenha sido contratado na modalidade Valor de Mercado, sempre que os prejuízos e/ou despesas relativas ao conserto do veículo segurado resultantes de um mesmo sinistro forem iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do veículo referência da tabela estipulada na apólice obtido na data do aviso de sinistro, considerando-se o fator de ajuste contratado pelo Segurado para cobrir o veículo (casco) informado na apólice;

4.20.13. Ocorrerá a Indenização Integral, para as carretas semirreboques, sempre que os prejuízos e/ou despesas relativas ao conserto dos veículos resultantes de um mesmo sinistro forem iguais ou superiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor DETERMINADO na apólice;

4.20.14. Tratando-se de roubo ou furto total dos veículos segurados, decorridos 10 (dez) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora, deverá solicitar a documentação original para prosseguir com a regulação do sinistro.

4.20.15. O pagamento de indenização somente será devido, após o pagamento do prêmio de seguro, sendo a indenização paga no máximo até o valor das importâncias seguradas.

4.20.16. Para os veículos da frota do CONTRATANTE descritos no LOTE I, pagar a indenização no valor de 100% da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, e para as carretas semirreboques, o VALOR DETERMINADO estipulado na apólice, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da documentação solicitada. Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista "Quatro Rodas", ou outra similar de grande aceitação no mercado.

4.20.17. Uma vez pago a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

4.20.18. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do CONTRATANTE junto aos órgãos pertinentes.

4.20.19. Não ocorrendo a Indenização Integral do veículo segurado, a indenização decorrente de sinistro coberto por este seguro corresponderá ao valor dos reparos referentes aos prejuízos verificados, descontadas as franquias, exceto nos eventos de incêndio, raio ou explosão. Essa indenização ocorrerá desde que tais reparos tenham sido expressamente autorizados pela Seguradora após a realização de vistoria no veículo sinistrado.

4.21. Apólices:

4.21.1. A apólice de seguro auto pela CONTRATADA, emitida para os veículos segurados, deverão conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:

4.21.2. A relação completa dos veículos, e Carretas Semirreboques

4.21.3. Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros

d) O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos após a entrega de todos os documentos solicitados pela CONTRATADA.

e) Valor para cobertura de, no mínimo 100% (cem por cento) da tabela FIPE para os veículos;

f) Valor Determinado para cada CARRETA SEMIRREBOQUE.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução do objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ xxxx (xxxx) a título de prêmio, para o período de xx (xxxx) meses, conforme quadro abaixo:

Item	Veículo	Preço Unitário Prêmio	Preço Total Prêmio

5.2. A CONTRATADA deverá realizar o faturamento conforme descritivo e quantitativo informados no Pedido de Compra (P.C.) e no contrato.

5.3. As faturas deverão ser emitidas e enviadas até o 15º (décimo quinto) dia do mês e deverá constar expressamente o número do Pedido de Compra e do contrato.

5.3.1. As Faturas enviadas sem as informações e fora dos prazos estipulados não serão aceitas e deverão ser canceladas.

5.4. As faturas deverão ser encaminhadas em formato de arquivo PDF para o e-mail senacminas.nfe@mg.senac.br e para e-mail do fiscal do instrumento contratual que será informado após a assinatura do referido instrumento.

5.5. O CONTRATANTE não se responsabilizará se o documento for enviado em outros e-mails, a não ser os informados, ficando totalmente isento de multas e juros, se porventura ocorrer.

5.6. A fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz, de acordo com as informações abaixo:

CNPJ	Razão Social	Endereço	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
03.447.242/0001-16	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas	Rua dos Tupinambás, 1086 – Centro. Belo Horizonte – MG. CEP: 30.120-076	ISENTO	0.303.190/003-2

5.7. Somente após o cumprimento de todas as exigências supracitadas concernentes a forma de pagamento/faturamento e do aceite Fiscal do Contrato nomeado pelo contratante será liberado o pagamento.

5.8 Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da fatura e boleto.

5.9. Os pagamentos serão feitos por meio de boleto bancário que deverá ser enviado juntamente com a fatura e constando o número da mesma.

5.10. Caso a data de vencimento do boleto bancário ocorra em dia não útil, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem nenhum ônus financeiro.

5.11. Fica expressamente proibido o desconto de títulos de crédito pela CONTRATADA junto a

terceiros.

5.12. Os valores referidos no item 5.1 deste instrumento poderão ser reajustados decorridos 12 (doze) meses de vigência, pelo IGP-M (FGV), de forma a manter o equilíbrio do contrato. Caso o IGP-M (FGV) seja extinto, será adotado um novo índice devidamente aprovado por órgãos governamentais.

5.14.1. Os valores somente serão reajustados mediante solicitação formal da CONTRATADA.

5.14.2. A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo a data a que contratualmente faria jus, se não o fizer dentro do mês de aniversário do contrato, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas e custas do CONTRATANTE, concernentes à execução do presente instrumento, serão custeadas através do Centro de Custo nº 09132805.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, nos horários previamente acordados, desde que devidamente identificados.

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.3. Efetuar o pagamento devido nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

7.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do objeto contratado, fixando prazo para sua correção, caso necessário.

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

7.6. Aplicar à CONTRATADA, as penalidades cabíveis, quando necessário.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE.

8.2. Manter, durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Informar imediatamente ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer alterações que se fizerem nos seus dados cadastrais, para atualização.

8.4. Fornecer aos seus empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução do objeto.

8.5. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução do objeto contratado, ou causados por seus empregados ou prepostos.

8.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, conforme especificações deste instrumento.

8.7. Devolver os termos aditivos e documentos relacionados ao contrato no prazo máximo de 03

(três) dias úteis contados do recebimento.

8.8. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal eventualmente designado para a execução do contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte deste.

8.9. Não veicular, em nenhuma hipótese, publicidade ou qualquer outra informação acerca do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

8.10. Comunicar ao fiscal do contrato a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do objeto contratado.

8.11. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE.

8.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções.

8.13. Assumir integral e exclusiva responsabilidade por toda e qualquer operação de tratamento de dados pessoais, desde a coleta, armazenamento, cuja utilização deverá ser realizada nos fins previamente consentidos por seus clientes, consumidores e demais titulares, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

9. CLÁUSULA NONA – DA RELAÇÃO MÚTUA DAS PARTES

9.1. Fica expressamente estabelecido que o presente contrato não implica sociedade e/ou participação a qualquer título, de uma empresa em outra e nem vínculo de natureza trabalhista, não podendo ser jamais interpretado de modo a credenciar a outra como preposta, e nem a assumir, em nome da outra, qualquer obrigação, tácita ou expressa, nem gera, entre elas, solidariedade nos termos do Artigo 265 e seguintes do Código Civil, não implicando, outrossim, exclusividade com relação a qualquer das partes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

10.1. A CONTRATADA deverá atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização e gestão do contrato serão exercidas por colaboradores devidamente designados em documento apartado, oportunamente anexado ao processo administrativo.

11.2. O CONTRATANTE exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do contrato, do cumprimento das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos e subordinados.

11.3. A CONTRATADA deverá indicar um preposto, aceito pelo CONTRATANTE, com competência

para manter entendimentos, receber comunicações ou transmiti-las, e representá-la durante a execução contratual.

11.4. O CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, se em desacordo com o termo de referência e com o contrato, por meio de documento formal, fazendo constar o motivo e a fundamentação, fixando prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.6. A fiscalização de que trata essa cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

12.2. As partes se comprometem a cooperar entre si, auxiliando, na medida do razoável, no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais vigente, fornecendo as informações disponíveis e ações necessárias para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, com relação aos dados pessoais utilizados na execução do objeto do presente contrato.

12.2.1. O disposto no item anterior, ou eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte responsável, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

12.2.2. Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, cada parte será a única responsável por eventual acesso indevido, não autorizado e do vazamento ou perda dos dados pessoais relativos aos tratamentos de sua responsabilidade e considerando-se, ainda, sua classificação em CONTROLADOR ou OPERADOR em determinada atividade.

12.2.3. A responsabilidade será imputada em conformidade com a ação e omissão culposa de cada uma das partes, devidamente apuradas, sendo que aquela que infringir os termos da legislação vigente e do presente, ficará obrigada a ressarcir a outra parte, na mesma medida dos danos.

12.2.4. Caso as partes sejam demandadas por qualquer pessoa, autoridade ou entidade, pública ou privada, em razão de vazamento de dados que estavam sob responsabilidade da outra parte fica garantido o direito de chamamento ao processo, ou denúncia à lide, nos termos do Código de Processo Civil – conforme a classificação adotada no presente e apuração de responsabilidade quanto ao incidente e o direito de regresso, garantido pela legislação civil vigente.

12.3. A CONTRATADA declara-se ciente e concorda que o CONTRATANTE, em decorrência desse instrumento, poderá ter acesso, utilizar, manter e processar, eletrônica e manualmente, informações

peçoais e dados prestados pela CONTRATADA (“Dados Protegidos”), exclusivamente para fins específicos relacionados ao objeto deste instrumento jurídico.

12.3.1. A CONTRATADA deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

12.4. A CONTRATADA se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais, que se originem e sejam criados a partir do tratamento de tais dados, que tenham acesso em razão do presente contrato.

12.5. A CONTRATADA se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo CONTRATANTE, nos casos de requisição do titular de dados pessoais.

12.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATANTE ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para a CONTRATADA.

12.7. Cada parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução deste contrato.

12.8. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades da CONTRATADA, deverá ser comunicado ao CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será aceito subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratado, salvo por autorização expressa por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade, inclusive rescisão.

13.2. É vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou qualquer inadimplemento, o CONTRATANTE poderá, por meio do gestor do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência por escrito, sempre que verificadas falhas corrigíveis.

14.1.2. Multa, cumulável com as demais penalidades:

a) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do lote até o limite de 30 (trinta) dias.

b) de 20% (vinte por cento) após 30 (trinta) dias de atraso, calculada sobre o valor total do lote.

c) de até 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato, por qualquer outro inadimplemento contratual.

14.1.3. Suspensão do direito de licitar ou contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a 02 (dois) anos.

14.2. As penalidades estabelecidas neste instrumento são independentes entre si, podendo ser

aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, independentemente da ordem escalonada, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, administrativas ou judiciais.

14.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

14.3.1. Caso a CONTRATADA não efetue o pagamento no prazo previsto no item 14.3 o valor da multa será descontado do crédito existente junto ao CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA.

14.3.2. Caso o valor descontado não seja suficiente para pagamento da multa, a CONTRATADA será notificada para recolher a diferença devida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de notificação enviada pelo CONTRATANTE, sob pena de execução.

14.3.3. Caso não exista crédito junto ao CONTRATANTE esse adotará as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a execução da multa.

14.4. Na aplicação de qualquer penalidade prevista neste instrumento, será facultada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O CONTRATANTE, a qualquer tempo, por questões administrativo-financeiras, mediante aviso prévio por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, poderá rescindir o presente contrato, desde que efetue todos os pagamentos à CONTRATADA, pelo que foi executado até o momento da rescisão.

15.2. O CONTRATANTE também poderá rescindir o presente contrato, reclamando perdas e danos, independentemente de qualquer procedimento judicial, mediante comunicação escrita, se a CONTRATADA:

15.2.1. Descumprir obrigação contratual;

15.2.2. Entrar em processo de falência ou recuperação judicial/extrajudicial;

15.2.3. Demonstrar manifesta incapacidade na execução do objeto do presente contrato, no tempo e na qualidade contratados;

15.2.4. Der causa à suspensão da execução por determinação das autoridades competentes.

15.3. A CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato se o CONTRATANTE deixar de efetuar os pagamentos devidos por prazo superior a 90 (noventa) dias.

15.4. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo das demais penalidades, inclusive a de suspensão do direito de licitar.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É vedada à CONTRATADA a utilização do presente instrumento para respaldar como garantia qualquer tipo de operação financeira.

16.2. No que concerne à natureza jurídica da relação ora pactuada, o presente instrumento revoga e substitui todos os entendimentos verbais ou escritos, havidos anteriormente, constituindo-se como o único documento que regula os direitos e obrigações das partes.

16.3. Nenhuma tolerância quanto ao cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

16.4. Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo entre as partes, com respaldo na legislação brasileira.

16.5. As partes declaram para todos os fins de direito que tiveram prévio conhecimento das cláusulas contratuais por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambiguidade, dubiedade ou contradição, estando cientes dos direitos e obrigações previstas neste instrumento.

16.6. O presente instrumento representa todo o entendimento havido entre as partes e quaisquer alterações em seus termos e condições apenas prevalecerão se formalizadas por meio de termo aditivo.

16.7. Os contratos celebrados pelo Senac em Minas poderão sofrer acréscimos e supressões.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem a comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Como alternativa à assinatura física, as partes declaram e concordam que as assinaturas poderão ser efetuadas em formato eletrônico, por meio de certificados eletrônicos e digitais, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2 e da legislação vigente da autoridade certificadora ICP-Brasil, sendo a respectiva folha de assinaturas documento integrante e inseparável deste instrumento, sob pena de nulidade. As partes declaram, ainda e desde já, reconhecerem a veracidade, autenticidade e validade deste instrumento e de seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac Minas
Diretoria Regional

Nome do contratado
Nome do Representante Legal



Testemunhas:

1) _____
Nome:

2) _____
Nome:

ANEXO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO

Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx

Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

Unidade: xxxxxxxxx

Contrato nº xxxx/xxxx – Processo Administrativo nº xxxx/xxxx

RELAÇÃO DE VEÍCULOS – LOTE I

(Conforme Termo de Referência)

ANEXO II AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO

Edital de Pregão Eletrônico PE nº xxx/xxxx

Critério de Julgamento: Menor Preço por Lote

Unidade: xxxxxxxxx

Contrato nº xxxx/xxxx – Processo Administrativo nº xxxx/xxxx

CARRETAS SEMIREBOQUES – LOTE II

(Conforme Termo de Referência)